



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE DIREITO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

AMANDA LUIZE NUNES SANTOS

USO DE EVIDÊNCIAS NO DEBATE CONSTITUCIONAL SOBRE ABORTO: O CONCEITO DE DIREITO À VIDA NOS *AMICI CURIAE* DA ADPF 442

BRASÍLIA

2019

AMANDA LUIZE NUNES SANTOS

USO DE EVIDÊNCIAS NO DEBATE CONSTITUCIONAL SOBRE ABORTO: O CONCEITO DE DIREITO À VIDA NOS *AMICI CURIAE* DA ADPF 442

Monografia apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (FD/UnB) como requisito para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientadora: Profa. Dra. Debora Diniz

BRASÍLIA

2019

AMANDA LUIZE NUNES SANTOS

USO DE EVIDÊNCIAS NO DEBATE CONSTITUCIONAL SOBRE ABORTO: O CONCEITO DE DIREITO À VIDA NOS *AMICI CURIAE* DA ADPF 442

Monografia apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (FD/UnB) como requisito para obtenção do título de Bacharel em Direito.

Brasília, 06 de dezembro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Debora Diniz
Orientadora

Profa. Ma. Gabriela Rondon Rossi Louzada
Membro

Profa. Dra. Luciana Stoimenoff Brito
Membro

Profa. Ma. Sinara Gumieri Vieira
Membro suplente

AGRADECIMENTOS

Às professoras Gabriela Rondon, Sinara Gumieri e Luciana Brito, por toda a generosidade, acolhimento e aprendizado ao longo dos últimos anos e por terem aceitado me ler e provocar nessa etapa final.

À professora Debora Diniz, minha orientadora, por me inspirar como professora e pesquisadora, me fazer acreditar ainda mais no potencial transformador da pesquisa e do ensino e ser exemplo diário de resistência contra aqueles que tentam nos impedir de tornar o mundo menos injusto.

Ao projeto de extensão Cravinas – Prática em direitos humanos e direitos sexuais e reprodutivos, que em poucos meses de existência contribuiu para que eu tivesse certeza sobre meus próximos passos a partir daqui como advogada e pesquisadora. Seguimos juntas.

Às amigas e amigos que me acompanharam ao longo desses cinco anos e meio de graduação pela companhia, afeto e inquietações e momentos compartilhados. Obrigada principalmente por dividirem sonhos comigo e terem sido um porto seguro em um espaço ainda muito marcado pela insensibilidade ao que está além dos muros da universidade.

Ao projeto Universitários Vão à Escola, à gestão Caliandra (2015-2016) do Centro Acadêmico de Direito e ao Programa de Educação Tutorial, por terem dado mais sentido à graduação. Grande parte do que sou hoje devo ao que aprendi em cada um desses espaços de construção coletiva.

À professora Cristina Zackseski, por ter aceitado me orientar por duas vezes seguidas na iniciação científica. Se chego aqui me reconhecendo como acadêmica, devo muito a este impulso inicial.

A todas da Anis, por terem me ensinado que o trabalho é mais potente quando acreditamos no que fazemos e o conduzimos com afeto.

À Universidade de Brasília, por ter me proporcionado um espaço aberto à diversidade, à luta e repleto de possibilidades para conhecer e questionar a realidade, e para onde volto com muito carinho e entusiasmo pelos próximos dois anos. Que nunca deixe de ser um espaço emancipador.

Aos meus pais, Claudia e João, por sempre terem me incentivado em todos os meus sonhos. Sem vocês jamais teria chegado até aqui.



Ilustração de Valentina Fraiz, do Estúdio Anêmona, com a frase “ser cuidada pode deixar tudo mais simples”. A arte foi feita para a história 45 do projeto Eu Vou Contar, na qual uma mulher narra sua experiência de aborto seguro em outro país, quando tinha 35 anos, em que foi acolhida e cuidada pelos profissionais de saúde na decisão que era a melhor para a sua vida naquele momento.¹

Pela vida das mulheres. Nem presas, nem mortas.

¹ Eu vou contar é uma campanha iniciada pela Anis - Instituto de Bioética com o apoio do Think Olga para ouvir e contar histórias de aborto, como forma de oferecer cuidado e solidariedade a mulheres que fizeram um aborto, e de romper com o estigma em torno do tema. Ver mais em: <https://eu-vou-contar.tumblr.com/>.

RESUMO

Em março de 2017, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), com suporte técnico da Anis – Instituto de Bioética, apresentou a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442 ao Supremo Tribunal Federal, pedindo a descriminalização do aborto até as primeiras 12 semanas de gestação. Proposta em um cenário no qual a corte demonstrou, em outras três decisões - na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3510, na ADPF 54 e no Habeas Corpus 124.306 – compromisso com as evidências científicas, a ADPF 442 carrega consigo a expectativa de que seja solucionada de forma consistente com evidências. Nesse contexto, o objetivo do presente trabalho foi analisar as disputas interpretativas em torno do direito à vida nos amici curiae favoráveis e contrários à ADPF 442, a partir da avaliação do uso de evidências apresentadas como suporte aos argumentos, considerando que este é um dos maiores pontos de tensão no debate sobre o aborto. Ao final, conclui-se que as evidências foram mais frequentes e diversificadas nos amici curiae favoráveis do que nos contrários à ação. Os amici curiae favoráveis apresentam evidências sobre o impacto da criminalização do aborto para a vida das mulheres e sobre a segurança do procedimento quando realizado de forma legal e segura, bem como citam precedentes nacionais e internacionais que vão no sentido da descriminalização. Os amici curiae contrários se apropriam de constatações biológicas sobre o desenvolvimento da vida intrauterina para defender que a vida deve ser protegida de forma absoluta desde a concepção, ou citam de forma descontextualizada precedentes nacionais e internacionais cujos fundamentos são consistentes com a descriminalização. Além disso, tentam contrapor o argumento de que a criminalização aumenta as taxas de mortalidade materna por aborto inseguro, apresentando dados oficiais sem considerar que a criminalização pode causar subnotificação. Por fim, definem a laicidade não como neutralidade do Estado diante das religiões, mas como a incorporação do valor religioso da vida pela lei. O argumento de que a descriminalização do aborto é uma forma de eugenia, que marcou os debates da ADPF 54, também se faz presente nos amici curiae contrários, que tentam fazer uma analogia entre a obrigatoriedade de interrupção de gestação da medicina nazista e a interrupção voluntária da gestação pleiteada pela ação.

Palavras-chave: aborto; mobilização legal; supremo tribunal federal; direito à vida.

ABSTRACT

In March 2017, the Brazilian political party Socialismo e Liberdade (PSOL), with technical support from Anis - Institute of Bioethics, filed the Claim of Non Compliance with Fundamental Precept (*Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental*, ADPF) 442 to the Brazilian constitutional court (Supremo Tribunal Federal), calling for the decriminalization of abortion in the first trimester. Considering the court has already demonstrated commitment to the scientific evidence presented in three other cases related to sexual and reproductive rights – Direct Action of Unconstitutionality (*Ação Direta de Inconstitucionalidade*, ADI) 3510, ADPF 54 and Habeas Corpus 124.306 –, the filing of ADPF 442 also carries the expectation to be resolved consistently with evidences. In this context, the objective of the present study was to analyze the interpretative disputes around the right to life in *amici curiae* briefs favorable and against the ruling of ADPF 442, based on the evaluation of the use of evidences presented to support their arguments. The conclusion of the study is that the evidences were more frequent and diversified in the favorable *amici curiae* briefs than in the contrary ones. The *amici curiae* in favor of the demand provide evidence about the impact of abortion criminalization on women's lives and about the safety of the procedure when performed legally and safely, and cite national and international precedents that support decriminalization. The *amici curiae* against the demand mobilize biological findings about the development of intrauterine life to argue that life should be protected from conception, or cite national and international precedents whose foundations are consistent with decriminalization, out of context. In addition, the *amici curiae* against ADPF 442 attempt to counteract the argument that criminalization increases maternal mortality rates; for this, they present official data from the Brazilian government without considering that criminalization may cause underreporting. Finally, they define secularism not as the neutrality of the state in the face of religions, but as the incorporation of the religious value of life by law. The argument that decriminalization of abortion is a form of eugenics, which was strongly present in legislative and ADPF 54 debates, is also present in the *amici curiae* against the demand, which attempt to draw an analogy between the obligatory interruption of pregnancy in Nazi medicine and the voluntary termination of pregnancy; this second postulated by ADPF 442.

Keywords: abortion; legal mobilization; Brazilian constitutional court; right to life.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Instrumento de análise dos <i>amici curiae</i>	34
TABELA 2 – Organizações favoráveis à ADPF 442.....	35
TABELA 3 – Organizações contrárias à ADPF 442.....	37
TABELA 4 – Classificação das organizações favoráveis à ADPF 442.....	38
TABELA 5 – Classificação das organizações contrárias à ADPF 442.....	39
TABELA 6 – Argumentos dos <i>amici curiae</i> favoráveis à ADPF 442.....	41
TABELA 7 – Argumentos dos <i>amici curiae</i> contrários à ADPF 442.....	42
TABELA 8 – Elementos de suporte dos <i>amici curiae</i> favoráveis à ADPF 442.....	43
TABELA 9 – Tipos de evidências dos <i>amici curiae</i> favoráveis à ADPF 442.....	43
TABELA 10 – Fontes das evidências dos <i>amici curiae</i> favoráveis à ADPF 442.....	44
TABELA 11 – Elementos normativos citados pelos <i>amici curiae</i> favoráveis à ADPF 442.....	45
TABELA 12 – Elementos de consenso ou confirmação citados pelos <i>amici curiae</i> favoráveis à ADPF 442.....	45
TABELA 13 – Elementos de suporte dos <i>amici curiae</i> contrários à ADPF 442.....	46
TABELA 14 – Elementos normativos citados pelos <i>amici curiae</i> contrários à ADPF 442.....	46
TABELA 15 – Elementos de consenso ou confirmação citados pelos <i>amici curiae</i> contrários à ADPF 442.....	47
TABELA 16 – Tipos de evidências dos <i>amici curiae</i> contrários à ADPF 442.....	47
TABELA 17 – Fontes das evidências dos <i>amici curiae</i> contrários à ADPF 442.....	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade

ADIRA – Associação Nacional da Cidadania pela Vida

ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental

ANAJURE – Associação Nacional dos Juristas Evangélicos

CADH – Convenção Americana sobre Direitos Humanos

CDD – Católicas pelo Direito de Decidir

CDC – Convenção sobre os Direitos das Crianças

CEDAW – Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

CIDH – Corte Interamericana de Direitos Humanos

CNTS – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde

DIU – Dispositivo intrauterino

DPU – Defensoria Pública da União

Febrasgo – Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia

HC – Habeas Corpus

IDVF – Instituto de Defesa da Vida e da Família

IWHC – International Women's Coalition

OMS – Organização Mundial da Saúde

PL – Projeto de Lei

PNA – Pesquisa Nacional do Aborto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

SBGM – Sociedade Brasileira de Genética Médica

STF – Supremo Tribunal Federal

SUS – Sistema Único de Saúde

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFPA – Universidade Federal do Pará

UJUCASP – União dos Juristas Católicos de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – O DEBATE CONSTITUCIONAL SOBRE O DIREITO AO ABORTO NO BRASIL	14
I.I. Contextualizando o aborto no Brasil: a ineficácia da lei penal para a tutela da vida	14
I.II. Origens do discurso de defesa incondicional da vida: o aborto como pecado e crime .	16
I.III. O direito à vida no debate parlamentar sobre o aborto.....	20
I.IV. A ADI 3510 como antecedente do debate constitucional sobre o aborto.....	25
I.V. Antecedentes do debate constitucional sobre o direito ao aborto na ADPF 442: a ADPF 54, a ADI 5581 e o HC 124.306	27
I.VI. O caso da ADPF 442	32
CAPÍTULO II – CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS E EXPOSIÇÃO INICIAL DO CORPUS DA ANÁLISE.....	34
II.I. Metodologia e objetivos	34
II.II. Organizações propositoras dos <i>amici curiae</i>	35
II.III. Argumentos apresentados pelo <i>amici curiae</i> : início e proteção da vida, morbimortalidade materna, laicidade e eugenia	39
II.IV. Elementos de suporte aos argumentos: evidências, elementos normativos e elementos de consenso ou confirmação	43
CAPÍTULO III – EVIDÊNCIAS NA DISPUTA INTERPRETATIVA DO DIREITO À VIDA NA ADPF 442.....	49
III.I. Início e proteção da vida humana	50
III.II. Morbimortalidade materna por aborto.....	58
III.III. Laicidade do Estado.....	63
III.IV. Aborto e eugenia	64
CONCLUSÃO.....	67
REFERÊNCIAS.....	70

INTRODUÇÃO

Aqueles que defendem a criminalização do aborto a anunciam como forma de proteção do direito à vida. No entanto, para Ingriane Barbosa de Carvalho, mulher negra, pobre, de 31 anos de idade, religiosa, trabalhadora e mãe de três filhos, a criminalização do aborto significou sua morte precoce e evitável. Sem acesso ao aborto legal e seguro, que hoje é crime no Brasil², Ingriane tentou interromper a gestação introduzindo um talo de mamona em seu útero, o que a levou a ficar internada por sete dias, após os quais, no dia 16 de maio de 2018, faleceu por infecção generalizada. Em seu útero, havia restos de placenta e folhas. Quando ficou grávida, Ingriane aguardava na fila do Sistema Único de Saúde para a realização de laqueadura (GUIMARÃES, 2018). O mesmo Estado que demorou para atender sua necessidade em contracepção não permitiu que fosse cuidada e acolhida pelos serviços de saúde para a realização de um procedimento seguro de proteção à vida³.

Ingriane faz parte das milhares de mulheres que fazem abortos todos os anos e sofrem com as consequências da criminalização. De acordo com dados de 2015 do Ministério da Saúde, apenas naquele ano 211 mulheres morreram e 3.888 quase morreram (casos chamados de *near miss*) por aborto no Brasil (BRASIL, 2018). Segundo a Pesquisa Nacional do Aborto, cerca de 250 mil mulheres foram internadas no SUS em 2015 por complicações de abortos inseguros. Como Ingriane, são mulheres comuns, que têm filhos, professam uma religião e, na maioria das vezes, são pobres, negras ou indígenas (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2017). Essas mulheres abortam pelos motivos mais diversos: falta de condições socioeconômicas, falha em métodos contraceptivos, os quais não são cem por cento eficazes (TRUSSEL, 2011), ou, simplesmente, porque não desejam ser mães.

Ingriane poderia não ter morrido se o aborto fosse legal no Brasil. Nesse ponto, é preciso lembrar que diversos países que optaram por enfrentar o aborto como um problema de saúde pública observaram uma queda em suas taxas de mortalidade materna. Estudo sobre o Uruguai constatou que mudanças nas políticas públicas relacionadas ao aborto, a expansão do modelo de redução de risco e alterações na percepção social da prática – que provavelmente levaram à sua descriminalização em 2012 no país – foram seguidas da diminuição da mortalidade materna e do número de abortos (BRIOZZO, 2016). De acordo com dados da Organização Pan-

² O aborto voluntário é criminalizado pelos Artigos 124 e 126 do Código Penal brasileiro (1940): Art. 124 - Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lho provoque: Pena - detenção, de um a três anos; Art. 126 - Provocar aborto com o consentimento da gestante: Pena - reclusão, de um a quatro anos.

³ Segundo a Organização Mundial da Saúde (2013), os procedimentos atualmente conhecidos pela medicina que permitem a realização do aborto seguro são de baixa complexidade e risco quase insignificante de morte.

Americana da Saúde e da Organização Mundial da Saúde, o Uruguai⁴ tem a segunda menor taxa de mortalidade materna (14 a cada 100.000 nascidos vivos) na região das Américas, atrás apenas do Canadá⁵ (11 a cada 100.000) (BRIOZZO, 2016; BRIOZZO *et al.*, 2016). Nos Estados Unidos⁶, em que o direito ao aborto é reconhecido desde 1973, dados de pesquisa de 2004 revelam uma taxa de morte de 0,7 a cada 100.000 abortamentos legais (BARTLETT *et al.*, 2004). Na Romênia⁷, a descriminalização em 1989, que foi acompanhada da inclusão de serviços de planejamento familiar na atenção primária à saúde e da distribuição gratuita de contraceptivos modernos para grupos vulneráveis, reduziu as taxas de mortalidade materna por aborto em mais de 95% entre 1989 e 2010 (HORGA; GERDTS; POTTS, 2013). Artigo que examinou o impacto da lei de 1996 que legalizou o aborto na África do Sul⁸ observou que a mortalidade materna por aborto diminuiu em mais de 90% desde 1994 (JEWKES *et al.*, 2005).

Se é verdade que aquele havia sido seu segundo aborto, e caso as leis brasileiras de aborto fossem permissivas, Ingriane poderia ter sido acolhida, cuidada e aconselhada por profissionais da saúde na primeira vez em que interrompeu a gestação, evitando que tivesse de se submeter pela segunda vez ao procedimento (ANTUNES; FERNANDES, 2018). Tal como Rebeca Mendes, à época estudante e mãe de duas crianças pequenas, que teve o privilégio de realizar o procedimento de maneira legal e segura na Colômbia⁹, Ingriane poderia ter saído do serviço de saúde com sua necessidade em contracepção satisfeita (PASSARINHO, 2017). Mas não foi o que aconteceu. Assim como Ingriane aguardava há meses por uma laqueadura no SUS, Rebeca estava na fila para colocar o dispositivo intrauterino (DIU).

A história de Ingriane nos mostra que a criminalização do aborto fecha os olhos para a vida de mulheres que, todos os anos, recorrem ao procedimento na clandestinidade. Assim como em outros países com forte influência do catolicismo, a descriminalização do aborto no

⁴ No Uruguai (2012), o aborto é descriminalizado durante as primeiras 12 semanas de gestação.

⁵ Por meio de decisão da Corte Constitucional no caso Morgentaler, Smoling and Scott v. The Queen (1988), o Canadá passou a permitir o aborto em qualquer hipótese, suspendendo a lei penal que o criminalizava.

⁶ Nos Estados Unidos, o aborto foi autorizado pela Suprema Corte no caso Roe v. Wade, sendo regulamentado de diferentes maneiras entre os estados (INSTITUTO GUTTMACHER, 2019).

⁷ Na Romênia, o aborto é permitido por vontade da mulher durante as primeiras 14 semanas de gestação e por indicação médica em estágios mais avançados.

⁸ Segundo o Choice on Termination of Pregnancy Act (1996), a gravidez pode ser interrompida a) por pedido da mulher durante as primeiras 12 semanas de gestação; b) da 13ª até a 20ª semana de gestação em caso de indicação médica quando há risco para a saúde física e mental da mulher, quando existe um risco substancial de que o feto vá sofrer com severas anomalias físicas ou mentais, quando a gestação resulta de estupro ou incesto ou quando afetar significativamente as circunstâncias econômicas e sociais da mulher. C) depois da 20ª semana de gestação quando há risco de vida para a mulher, grave malformação do feto ou risco de lesão ao feto.

⁹ Na Colômbia, o aborto é permitido em três hipóteses, chamadas de “causais”: a) risco à saúde física e mental da mulher; b) estupro e incesto; c) e deformidade severa do feto.

Brasil esbarra na postura de atores religiosos e conservadores que ocupam os espaços de deliberação, os quais, contraditoriamente, levantam a bandeira de defesa da vida (MIGUEL; BIROLI; MARIANO, 2017). Diante da compreensão de que o alcance conferido pelo direito constitucional à vida é um dos maiores pontos de embate no debate sobre o aborto, o objetivo do presente trabalho foi analisar as disputas interpretativas em torno do direito à vida na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 442, a partir das evidências utilizadas como suporte aos argumentos, buscando compreender quais são essas evidências e como estão sendo utilizadas. A ADPF 442 foi proposta ao Supremo Tribunal Federal em março de 2017 pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), com o suporte técnico da Anis – Instituto de Bioética, visando a descriminalização do aborto no Brasil até as primeiras 12 semanas de gestação.

No Capítulo I, é traçado um panorama da discussão sobre aborto no Brasil, com foco nos discursos relacionados ao direito à vida, o qual é precedido de uma breve análise histórica da construção religiosa do feto como pessoa, fundamental para a compreensão do discurso religioso e conservador de proteção incondicional da vida em potencial. No Capítulo II, são feitas considerações metodológicas e apresentados os primeiros resultados da pesquisa. No Capítulo III, os resultados são apresentados em quatro eixos: i) início e proteção da vida humana; ii) morbimortalidade materna por aborto; iii) laicidade do Estado; e iv) aborto e eugenia.

CAPÍTULO I – O DEBATE CONSTITUCIONAL SOBRE O DIREITO AO ABORTO NO BRASIL

I.I. CONTEXTUALIZANDO O ABORTO NO BRASIL: A INEFICÁCIA DA LEI PENAL PARA A TUTELA DA VIDA

No Brasil, o aborto voluntário é permitido apenas quando não há outro meio de salvar a vida da gestante, em caso de estupro ou, conforme interpretação dos dispositivos realizada pelo STF, de anencefalia (BRASIL, 1940). No entanto, de acordo com pesquisas sobre o tema, a criminalização, além de não ser capaz de reduzir o número de abortos, impacta sobre as taxas de morbidade e mortalidade materna.

Segundo a PNA de 2016, uma em cada cinco mulheres, aos 40 anos, já fez um aborto no Brasil. Esses dados, multiplicados pelos dados da PNAD, permitem estimar que, em 2015, cerca de 416 mil brasileiras alfabetizadas fizeram um aborto. Extrapolando-se para as mulheres que vivem em áreas rurais, esse número passa para 503 mil. Conforme Debora Diniz, Marcelo Medeiros e Alberto Madeiro, quem realiza o aborto é a “mulher comum”: de acordo com os dados da PNA, a maioria das mulheres que abortou em 2015 é mãe, casada ou em união estável e tem religião. Apesar disso, a prática é mais frequente entre mulheres de menor escolaridade, pretas, pardas, indígenas e nordestinas, evidenciando a fragilidade de políticas de saúde sexual e reprodutiva (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2017).

A frequência e a persistência do aborto não são exclusivas de nossa sociedade. Em seu estudo, o sociólogo Luc Boltanski constata que o aborto é uma prática universal, presente em todas as sociedades, não havendo registro de quem ignore ou se espante quando interrogado sobre a existência de abortos. Apesar disso, a prática costuma vista com rejeição, como algo constrangedor e atribuído ao outro, nunca ao próximo ou ao grupo a que se pertence. Mesmo nas sociedades com forte influência do cristianismo em que o aborto passou a ser proibido pela legislação, a frequência do procedimento se mantém (BOLTANSKI, 2012; MACHADO, 2017).

Diante da criminalização, as meninas e mulheres enfrentam riscos de saúde e de vida ao terem de recorrer a procedimentos clandestinos e inseguros. De acordo com a OMS, quando realizado por profissionais de saúde capacitados, com técnicas médicas e fármacos adequados e em condições higiênicas, o aborto induzido possui um risco de morte “insignificante”, de modo que, nos Estados Unidos, um dos países em que o aborto é permitido, a taxa de

mortalidade é de 0,7 a cada 100.000 procedimentos realizados de forma legal. No entanto, com a criminalização, as mulheres, em especial as mais vulneráveis e sem recursos, não têm acesso a essas condições (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2013).

Conforme dados apresentados pelo Ministério da Saúde ao STF em 2018, entre 2008 e 2016 foram 1.613.903 hospitalizações por aborto, das quais 40.348 foram casos de *near miss* (quase morte) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018). Segundo a PNA, cerca de metade das 503 mil mulheres que abortaram em 2015 precisou ser internada para finalizar o procedimento devido a complicações (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2017). Em 2016, estima-se que 203 mulheres morreram por aborto (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018). Tais números podem ser ainda maiores, pois, uma vez que o aborto é criminalizado, torna-se difícil obter dados precisos da prática (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2017).

Além da persistência e da frequência, a tolerância é uma outra propriedade do aborto comum às diversas sociedades em que ocorre. Se, por um lado, o aborto é anunciado como algo constrangedor e proibido, por outro, não há esforços concretos para a sua investigação e punição (BOLTANSKI, 2012). De acordo com dados de pesquisa da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, realizada a partir de processos criminais distribuídos entre 2005 e 2017, apenas 42 mulheres que fizeram aborto entre 2005 e 2017 chegaram ao sistema penal no estado (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2018).

Embora ínfimo, o número de mulheres processadas por aborto revela faces cruéis da criminalização. 60% das 20 mulheres que realizaram abortos sozinhas ou contaram com a ajuda de uma terceira pessoa (geralmente do círculo familiar, amigas ou com quem tiveram um relacionamento) são negras; apenas 16,6% fizeram o aborto antes de 12 semanas (quando o procedimento é mais seguro); e 75% foram assistidas pela Defensoria Pública. Os métodos mais utilizados foram o misoprostol e chás abortivos. A maioria delas é jovem, solteira, de baixa escolaridade, vive em bairros periféricos e foi denunciada por hospitais e postos de saúde do SUS (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2018).

Já no grupo das 22 mulheres que foram processadas em decorrência de investigação de clínicas clandestinas de aborto, 53% das denunciadas é branca, 75% cursaram até o 2º grau e pagaram de R\$ 600,00 a R\$ 4.500,00 reais pelo procedimento, apenas 9% foram atendidas pela Defensoria Pública e, em todos os casos, a gestação estava abaixo de 12 semanas. Em geral, são pessoas com formação em medicina que fazem os abortos, mas, em um caso, duas mulheres

processadas (mãe e filha) não tinham formação médica e fizeram o procedimento de forma rudimentar (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2018).

Diante dessas estatísticas, vê-se que todas as mulheres sofrem os impactos da criminalização, mas as mais prejudicadas são mulheres vulneráveis, que geralmente não podem pagar por procedimentos menos arriscados em clínicas clandestinas, de maneira precoce e com a intervenção de pessoa com formação em medicina, e por isso realizam os procedimentos sozinhas, ou acompanhadas de amigas ou pessoas próximas, sem supervisão de indivíduos com formação médica e com o uso de métodos mais arriscados (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2018).

Luc Boltanski afirma que a tolerância ao aborto decorre do fato de que é realizado em segredo, na esfera do poder oculto (privado) das mulheres, que “escapa à lógica política da *polis*, ou seja, ao domínio da justiça e, mais profundamente, à ‘sociedade’ no sentido moderno do termo” (BOLTANSKI, 2012, p. 214). Isso não quer dizer que a prática não ocorre, mas que se fecha os olhos diante da sua ocorrência, ainda que seja vedada pelas normas da sociedade (BOLTANSKI, 2012).

Assim, conclui-se que o aborto é um evento comum na vida reprodutiva de mulheres brasileiras de todas as classes, raças, níveis educacionais e religiões, sendo mais presente entre as mulheres mais vulneráveis socioeconomicamente. Apesar de ineficaz, a criminalização permanece em vigor, fazendo com que as mulheres tenham de recorrer a procedimentos clandestinos e inseguros, que causam riscos para a sua saúde e vida. Assim, a criminalização gera efeitos indiretos – riscos de saúde e vida para as mulheres – mais graves que a perseguição penal. No entanto, a proibição se mantém, sustentada pelo discurso de defesa incondicional da vida em potencial, que permeia o debate sobre o aborto desde o Legislativo até o Judiciário.

I.II. ORIGENS DO DISCURSO DE DEFESA INCONDICIONAL DA VIDA: O ABORTO COMO PECADO E CRIME

Nos debates mais recentes sobre o aborto, o marco inicial da vida humana é um dos maiores pontos de tensão, ganhando maior centralidade nos discursos daqueles que se definem como “pró-vida”¹⁰ do feto. Esse grupo é fortemente influenciado por valores religiosos católicos e,

¹⁰ O termo “pró-vida” é mencionado no presente trabalho tal como as organizações e indivíduos contrários à descriminalização do aborto se auto-intitulam: defensoras do direito à vida do feto, que acreditam existir desde a concepção e dever ser protegido de forma absoluta. Não significa, pois, uma concordância com que atores contrários à demanda sejam pró-vida no sentido literal do termo.

mais recentemente, pentecostais e neopentecostais, embora nem todos os indivíduos que o compõem estejam diretamente ligados a alguma igreja ou denominação religiosa (MIGUEL; BIROLI; MARIANO, 2017). No entanto, a representação do feto ao longo da história, inclusive no domínio dos discursos religiosos, revela rupturas em relação à ideia que se tenta fazer crer de continuidade no tempo do discurso moral e religioso de defesa incondicional da vida em potencial (BOLTANSKI, 2012; MACHADO, 2017). Dessa forma, para entender o discurso atual sobre o direito à vida do feto, é preciso observar a construção histórica do feto como pessoa.

Segundo Luc Boltanski, ao longo da história houve uma reticência em descrever o aborto e o feto abortado – embora, afirme, sejam figuras fáceis de relatar – nas sociedades primitivas, tradicionais, na Antiguidade, na pintura ocidental, nas representações religiosas e na literatura. Ao contrário, por exemplo, do suicídio e de outras práticas que costumavam ser atribuídas às mulheres, como o infanticídio, o aborto pouco apareceu em obras filosóficas que estudaram a condição humana. (BOLTANSKI, 2012) Além disso, diferente do que ocorre nos debates atuais, que se valem de um discurso biomédico para defender a existência da vida desde a concepção, as ideias desenvolvidas por médicos sobre geração não asseguravam “uma verdadeira presença do feto na sociedade”, ficando restritas a “campos de saber relativamente limitados” (BOLTANSKI, 2012, p. 218).

De acordo com o sociólogo, essa subrepresentação pode estar relacionada ao fato de que o feto não era reconhecido “como um ser dotado de identidade específica e valendo por si mesmo” nem mesmo pela religião, havendo uma primazia de seres humanos atuais. Uma vez que a morte pressupõe o nascimento, se dizia que o feto não morria, o que era reforçado pelo fato de que fetos que não sobrevivem e não deixam o útero “antes do termo” não passam por ritos funerários, indicativo importante de pertencimento à sociedade dos seres humanos (BOLTANSKI, 2012).

O reconhecimento religioso do feto como pessoa somente se deu a partir do século XIX, momento em que Papa e teólogos passaram a acolher a teoria da “hominização/pessoalização imediata”, segundo a qual já existe uma pessoa desde o momento da concepção, passando a haver uma condenação cristã do aborto. Durante os primeiros séculos do cristianismo, a punição religiosa do aborto não estava relacionada à defesa incondicional da vida, mas ao adultério que supostamente revelava. Isso se deve à centralidade da preocupação religiosa com a preservação do casamento monogâmico, que refletia-se na maior severidade da punição do adultério em

comparação com a do homicídio. Há outros tantos exemplos de relativização do princípio da vida pela Igreja Católica, como a santificação de membros de “entregaram a vida pela fé” ou a justificação, pelo novo Catecismo da Doutrina Católica, do sacrifício da vida humana na “guerra justa” (ROSADO-NUNES, 2006).

Um dos teólogos mais proeminentes do cristianismo, Tomás de Aquino, entendia que o aborto nos primeiros estágios da gravidez não era uma prática criminosa, pois o feto não estava completamente formado e não era pessoa. Para ele, a existência da vida humana pressupõe a existência da alma, que somente é implantada 80 dias após a concepção. Tal compreensão predominou até o século XIX, quando, adotando a teoria da “hominização/pessoalização imediata”, o Papa Pio IX declarou que o aborto é pecado em qualquer hipótese e momento (ROSADO-NUNES, 2006). Maria José Rosado-Nunes afirma que esse também foi o momento em que se intensificou o culto à Virgem Maria “como a única criatura humana a ter sido concebida sem pecado, reafirmando o modelo cristão de mulher submissa, pura, virgem e, ao mesmo tempo, mãe” (ROSADO-NUNES, 2006, p. 25).

No século XX, com a publicação da encíclica *Humanae Vitae* (que condenava o aborto e mesmo a contracepção), voltariam a predominar as controvérsias católicas internas em relação à sexualidade e à procriação de um modo geral. O pensamento católico que dava centralidade ao recurso à própria consciência, dando abertura para que mulheres católicas pudessem optar pela interrupção da gravidez, foi um dos principais motores dessas controvérsias. Rosado-Nunes (2006) conclui, então, que o pensamento religioso sobre o aborto sempre foi marcado pelo dissenso, havendo até hoje teólogos que justificam, religiosamente, a possibilidade de a mulher interromper a gravidez, e, além disso, mesmo nos momentos em que predominava a proibição religiosa do aborto, nem sempre o motivo era a defesa da vida humana.

Apesar disso, o aborto como pecado continuou se refletindo nas legislações que impõem restrições à prática, ainda que essas leis tenham origem nos séculos XVIII e XIX, período de secularização das sociedades modernas. Até 1960, o aborto era proibido pela maioria das legislações do mundo ocidental. De acordo com Lia Zanotta Machado (2017), a secularização não representou um afastamento da influência do Direito Canônico, que seguiu estando muito presente e com reflexos sobre restrições legais à capacidade das mulheres de tomarem decisões reprodutivas. Isso porque os entendimentos religiosos já haviam sido absorvidos pelas elites políticas e pelas comunidades médicas.

Para a análise de discursos proferidos pelos atores contrários à descriminalização do aborto, é especialmente importante observar criticamente as construções que se apresentam como “laicas”, uma vez que a secularização não implicou em um afastamento completo de ideias religiosas da esfera pública de debate. Apesar disso, restou enraizada nas ciências sociais, a partir do paradigma da secularização, a ideia de que a separação entre a esfera religiosa e a esfera pública é autoevidente, a qual acaba por conduzir à desconsideração de que a religião contribuiu, inclusive, para a construção da sociedade civil como uma esfera relativamente separada (MONTERO, 2012). Como afirma Paula Montero (2012, p. 172), o “catolicismo ainda mantém [...] a primazia simbólica e política na passagem dos valores para as normas”.

A autora explica a afirmação supracitada sustentando que a colaboração das religiões na formulação de direitos individuais, coletivos e culturais e no Estado em áreas sociais fez com que formas discursivas e categorias teológicas passassem a circular no espaço político brasileiro. A própria secularização contribuiu para que a Igreja se tornasse uma força política na esfera civil, uma vez que a Igreja Católica passou a lutar por sua autonomia para defender suas propriedades e sua influência, contribuindo para a construção da liberdade religiosa garantida pela Constituição brasileira de 1988. No pós-ditadura militar, lideranças religiosas foram importantes para a formação de lideranças populares e movimentos sociais de base e, a partir do final da década de 1980, atuaram ao lado de movimentos em defesa dos direitos culturais e de minorias étnicas (MONTERO, 2012).

A crescente importância do secularismo fez com que, a partir da década de 1970, religiosos passassem conformar seus interesses às exigências da cultura pública. Reivindicando seu lugar nos espaços de deliberação, eles passaram a se qualificar para elaborar e executar projetos em diversas áreas, no movimento apontado por Paula Montero (2012) como profissionalização dos agentes religiosos em política pública, já iniciado em contextos anteriores quando da cooperação de atores religiosos em áreas sociais do Estado. Assim, religiosos passaram a ter um papel significativo nas atividades parlamentares e construção de leis, ajustando a visão religiosa a uma linguagem “secularizada” (MONTERO, 2012).

Lia Zanotta Machado (2017) apresenta um exemplo de intersecção entre o pensamento religioso e o pensamento social: a ideia de “defesa da honra”, inscrita no Código Criminal do Império de 1830, que condenava apenas o aborto realizado por terceiro, justificando que uma

mulher fizesse um aborto para defender sua honra¹¹. O “código relacional da honra” é baseado em disciplinas religiosas que distribuem desigualmente poderes, atribuições, deveres e direitos entre homens e mulheres, condenando a sexualidade incompatível com o casamento religioso heterossexual e monogâmico, o qual é baseado no dever diferenciado de fidelidade e obediência entre homens e mulheres (MACHADO, 2017).

No período colonial brasileiro sequer havia separação entre Estado e a Igreja Católica, que participava, votando e sendo votada, da vida política. O Código Criminal do Império, ao proibir apenas o aborto realizado por terceiro, aderiu parcialmente à proibição religiosa do aborto, mas, em seguida, logo o autoaborto foi condenado pelo Código Penal de 1890, que, no entanto, manteve a possibilidade de absolvição ou atenuação de pena para o aborto realizado para a “defesa da honra”¹² da mulher ou decorrente de uma “loucura puerperal” (MACHADO, 2017).

Dessa forma, vê-se que ao contrário do que se costuma fazer crer, a proibição do aborto nem sempre foi um *continuum* na história religiosa, e sua principal finalidade nem sempre foi a defesa incondicional da vida em potencial. No entanto, a ideia do aborto como pecado foi absorvida pelo pensamento social, influenciando as legislações restritivas de aborto. O processo de secularização não foi o suficiente para separar a religião da esfera pública, não impedindo que categorias religiosas – tais como o direito à vida desde a concepção – passassem a circular no espaço público, mesmo que em linguagem laicizada.

I.III. O DIREITO À VIDA NO DEBATE PARLAMENTAR SOBRE O ABORTO

Na Assembleia Nacional Constituinte, realizada entre 1987 e 1988, a posição deputados “pró-vida” já era bastante expressiva. Naquele momento, já havia uma campanha da Igreja Católica pela inclusão do direito à vida desde a concepção na Constituição, de modo que não foi possível para o movimento feminista alcançar a demanda pela inclusão do direito ao aborto no

¹¹ Art. 199. Occasionar aborto por qualquer meio empregado interior, ou exteriormente com consentimento da mulher pejada.

Penas - de prisão com trabalho por um a cinco annos.

Se este crime fôr commettido sem consentimento da mulher pejada.

Penas - dobradas.

Art. 200. Fornecer com conhecimento de causa drogas, ou quaesquer meios para produzir o aborto, ainda que este se não verifique.

Penas - de prisão com trabalho por dous a seis annos. Se este crime fôr commettido por medico, boticario, cirurgião, ou praticante de taes artes. Penas - dobradas.

¹² Art. 301. Provocar abôrto com annuencia e accordo da gestante:

Pena - de prissão celllular por um a cinco annos.

Paragrapho unico. Em igual pena incorrerá a gestante que conseguir abortar voluntariamente, empregado para esse fim os meios; e com reducção da terça parte, si o crime for commettido para occultar a deshonna propria.

texto constitucional. Assim, foi proposta, pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), fortemente atuante na constituinte, uma estratégia argumentativa de terceira via, que se situava entre incluir o direito à vida desde a concepção na Constituição e incluir o direito ao aborto: não inserir a matéria na Constituição, deixando a discussão para um momento posterior. De fato, prevaleceu a terceira via argumentativa, e o aborto não foi tratado pela constituição (FANTI, 2016).

No final da década de 80 e início da década de 90, o movimento feminista manteve uma articulação com parlamentares no intuito de descriminalizar o aborto, bem como de implementar serviços de aborto legal na rede pública de saúde (FANTI, 2016). Inicialmente, o Poder Legislativo, assim como o Poder Executivo, se tornou mais receptivo ao debate sobre o aborto quando este foi enquadrado como um tema de saúde pública, e não apenas como uma questão de autonomia individual, de um direito ao próprio corpo, concepção que predominou desde o início da campanha feminista pelo direito ao aborto no Brasil, na década de 70, até meados da década de 80 (FANTI, 2016).

Essa mudança de enquadramento se deu com ainda mais força partir de conferências realizadas no âmbito da ONU, como a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento do Cairo, realizada em 1994, e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher de Pequim, realizada em 1995. Na primeira, o aborto foi reconhecido como um problema grave de saúde pública; na segunda, o conceito de direitos reprodutivos foi consolidado, sendo feita, inclusive, uma recomendação de que países revissem suas leis restritivas de aborto. (FANTI, 2016; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1994, 1995)

Se no final da década de 40 e início da década de 80 predominavam proposições contrárias ao aborto, nas duas legislaturas da década de 90 a situação se inverteu, de modo que, das 23 propostas sobre a matéria, a maioria era favorável ao direito ao aborto, propondo, por exemplo, a ampliação da legislação de aborto, que o procedimento fosse completamente descriminalizado ou que fosse ofertado na rede pública de saúde (FANTI, 2016; MIGUEL; BIROLI; MARIANO, 2017; ROCHA, 2009). Alguns projetos tiveram uma longa tramitação, mas, a partir dos anos 2000, passaram a sofrer uma intensa ofensiva de grupos religiosos, cujo discurso passou a ganhar uma ressonância mais expressiva no parlamento (MIGUEL; BIROLI; MARIANO, 2017).

As cientistas políticas Flávia Biroli, Rayani Mariano e Luís Felipe Miguel afirmam que os marcos de início da intensificação da ofensiva religiosa foram as visitas papais de 1997 e

2007, em que a proibição do aborto foi destacada, e a eleição do “direito à vida” como tema da Campanha da Fraternidade de 2008. Nesse contexto, o aborto se tornou uma pauta importante das estratégias e debates políticos, no intuito de atrair o eleitorado conservador e religioso, sendo abordado em campanhas eleitorais, pronunciamentos, audiências públicas na comissões do Congresso Nacional e de projetos de lei que propunham restrições legais, novas medidas punitivas ou de controle e a proibição geral do aborto (MARIANO, 2015; MIGUEL; BIROLI; MARIANO, 2017).

A defesa intransigente do direito à vida desde a concepção manifestou-se nos debates acerca da Lei de Biossegurança, cujo projeto foi enviado ao Legislativo pelo Executivo em 2003 (BRASIL, 2005). A redação inicial mantinha a proibição da pesquisa com células-tronco embrionárias, mas o relator, Aldo Rebelo (PCdoB/SP), apresentou um substitutivo para retirar essa proibição. A Frente Parlamentar Evangélica, então, apoiada pela CNBB, fez um manifesto contra a pesquisa com embriões humanos, que foi entregue ao presidente da Câmara. Em 2004, foi aprovado um novo parecer, feito por Renildo Calheiros (PCdoB/PE), novo relator do projeto, que manteve a proibição. O projeto, então, foi encaminhado ao Senado Federal, que formulou e aprovou alteração para permitir a utilização de células-tronco embrionárias que não haviam sido utilizadas no procedimento de fertilização *in vitro*, desde que não fossem inviáveis ou desde que estivessem congeladas, por, no mínimo, 3 anos. Com isso, mais da metade dos deputados evangélicos mudou de posição, e católicos também mudaram (MARIANO, 2005).

A atuação conservadora se fortaleceu com a formação de frentes parlamentares de posição “pró-vida”, como a Frente Parlamentar Evangélica, criada em 2003, e a Frente Parlamentar em Defesa da Vida e Contra o Aborto, criada em 2005. Atualmente, estão registradas a Frente Parlamentar Mista contra o Aborto e em Defesa da Vida, a Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família, a Frente Parlamentar Evangélica e a Frente Parlamentar Mista Apostólica Romana. Em novembro de 2016, os presidentes destas três últimas assinaram uma carta contra o voto do ministro Luís Roberto Barroso no HC 124.306, em que o ministro, ao conceder liberdade provisória para duas pessoas envolvidas com uma clínica clandestina de aborto, argumentou pela inconstitucionalidade do direito ao aborto até a 12ª semana de gestação. O argumento dos parlamentares era o de que o ministro teria desprezado a “inviolabilidade do direito à vida” (MACHADO, 2017).

Essas frentes se apresentam, expressamente, como defensoras da Bíblia, da vida e da família tradicional, em confronto com os princípios da laicidade. Lia Zanotta Machado (2017)

descreve as três principais narrativas proferidas pelas frentes. A primeira, explicitamente religiosa, defende a legitimidade da maioria cristã da sociedade brasileira. A segunda, jurídica, mas de base religiosa, defende o direito absoluto à vida em detrimento dos direitos da mulher, a qual está subordinada à “obrigação do sagrado amor materno” e ao papel de esposa. A terceira se apresenta como baseada na ciência genética, relacionando as descobertas da genética a respeito da singularidade individual do DNA com a singularidade da alma individual, “tal como prescrita na concepção ocidental de indivíduo/pessoa com ‘corpo e mente’, ou ‘corpo e alma’”. (MACHADO, 2017)

De um total de 915 discursos sobre aborto proferidos entre 1991 e 2014 na Câmara dos Deputados brasileira, 566, ou seja, mais da metade, eram contrários ao aborto (MARIANO, 2015). Nesses discursos, o argumento que mais apareceu foi o de inviolabilidade do direito à vida desde a concepção, presente em 73,9% deles. Em todas as legislaturas analisadas por Flávia Biroli, Luís Felipe Miguel e Rayani Mariano, este argumento está presente. Trata-se de uma narrativa que, embora não se apresente como explicitamente religiosa, está relacionada à construção do feto como pessoa humana, como “nascituro”, “bebê ou “criança” (MARIANO, 2015; MIGUEL; BIROLI; MARIANO, 2017).

Muitas vezes, a ciência é mobilizada como um elemento de legitimidade desses discursos, tal como descrito pela terceira narrativa classificada por Machado (2017). O discurso proferido por Luiz Bassuma (PT/BA) em 2007 é um exemplo concreto da sobreposição entre o discurso de inviolabilidade do direito à vida desde a concepção, ciência e discursos explicitamente religiosos. Para o à época deputado, “muitos anos se passaram e, graças a Deus, a Embriologia e a Genética, em seus avanços inquestionáveis, acaba com essa dúvida – se alguém ainda a tem. A vida começa quando o espermatozoide fecunda o óvulo” (MARIANO, 2015, p. 153).

Por outro lado, os atores favoráveis à descriminalização têm tentado visibilizar o impacto da criminalização para a vida das mulheres, por meio da tese de que o aborto deve ser tratado como um problema de saúde pública, e não como um crime. Para tanto, são apresentadas taxas de mortalidade e morbidade maternas provocadas pelo aborto clandestino e inseguro. Conforme afirma Rayani Mariano (2015, p. 182), “o argumento da saúde pública é um argumento colocado pelo movimento feminista com o objetivo de chamar a atenção para o fato de que não é só a vida do feto que deve ser balizada na questão do aborto”. Além disso, é

argumentado que, enquanto não há consenso sobre quando se inicia a vida, há certeza sobre os impactos da criminalização para a vida das mulheres (MARIANO, 2015).

No entanto, mesmo com a mudança argumentativa do aborto como uma questão de autonomia para o aborto como um problema de saúde pública, os posicionamentos contrários ao direito ao aborto continuam dominando o espaço do Poder Legislativo, por meio de proposições que pretendem não apenas impedir a ampliação da legislação de aborto, como instituir uma proibição geral, mediante o reconhecimento do direito à vida desde a concepção. Assim, o esforço dos parlamentares favoráveis ao aborto tem sido voltado mais para impedir retrocessos na legislação (MIGUEL; BIROLI; MARIANO, 2017).

Em 2015, dos cinco projetos de lei sobre aborto que estavam tramitando na Câmara dos Deputados, apenas um, o PL 20/1991 – atualmente arquivado – era favorável à ampliação do direito ao aborto (MIGUEL; BIROLI; MARIANO, 2017). Dos contrários, atualmente estão em tramitação a PEC 181/2015, conhecida como PEC “Cavalo de Tróia”, que anuncia dispor sobre a licença-maternidade, mas apresenta proposta de incluir a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção no art. 5º da Constituição, o PL 4703/1998, que define o aborto como crime hediondo, o PL 478/2007 (Estatuto do Nascituro), que propõe que o nascituro tem proteção jurídica desde a concepção enquanto detentor do direito à vida, e o PL 5069/2013, que tipifica o anúncio de meio abortivo como crime contra a vida e prevê penas específicas para quem induz a gestante à prática de aborto¹³.

O mesmo discurso conservador e religioso, que defende o direito à vida desde a concepção no Legislativo, se deslocou para o Judiciário, não somente em ações que pedem a ampliação da legislação de aborto, como também na ADI 3.510, que foi interposta contra a Lei de Biossegurança, anteriormente mencionada. Em um movimento já constatado no âmbito do Poder Legislativo, em que argumentos explicitamente religiosos foram ficando menos frequentes – o que pode estar relacionada ao crescimento da importância do princípio da laicidade –, atores conservadores passam a valer-se de uma linguagem jurídica e/ou científica, no intuito de ganhar reconhecimento (MIGUEL, BIROLI, MARIANO, 2018).

¹³ Informações extraídas do site da Câmara dos Deputados. Ver em: <https://www.camara.leg.br/>,

I.IV. A ADI 3510 COMO ANTECEDENTE DO DEBATE CONSTITUCIONAL SOBRE O ABORTO

Com o Poder Legislativo se tornando um espaço cada vez mais fechado para o debate sobre o direito ao aborto, grupos feministas passaram a direcionar a demanda ao Poder Judiciário. Em junho de 2004, foi proposta a ADPF 54, com o objetivo de declarar a inconstitucionalidade da interpretação segundo a qual a “antecipação terapêutica do parto” de feto anencéfalo é crime de aborto, tendo em vista a incompatibilidade da anencefalia com a vida. No entanto, apenas um ano depois, seria proposta uma ação que, embora discutisse outra temática – a possibilidade de pesquisa e tratamento com células-tronco embrionárias – impactaria sobre a ação acadêmica e política da ADPF 54 (DINIZ, 2014).

Trata-se da ADI 3.510, proposta em maio de 2005 pelo então Procurador-Geral da República, Cláudio Fonteles, com o pedido de declaração de inconstitucionalidade do Art. 5º da Lei de Biossegurança (Lei nº 11.105/05), que autoriza a pesquisa e o tratamento com células-tronco embrionárias. O argumento do procurador era que o dispositivo violava o direito à vida, pois o embrião seria uma vida humana, uma vez que possui uma identidade genética única que permitiria seu desenvolvimento “autônomo”. Embora tenha sido proposta depois da ADPF 54, a ADI 3.510 foi julgada primeiro, resultando em uma decisão que serviria de fundamento para a ADPF 54. Foi na ADI 3.510 que, pela primeira vez o STF se pronunciou sobre a abrangência conferida pelo direito constitucional à vida (LUNA, 2013).

A audiência pública da ADI 3.510 contou com a presença de 22 especialistas, sendo metade favorável e metade contrária à constitucionalidade da lei. Biólogos, médicos e uma antropóloga conduziram um debate sobre o momento a partir do qual a vida deveria ser protegida. Os grupos contrários argumentavam que as pesquisas e tratamentos com células-tronco devem ser proibidos, pois destroem a “vida humana” do embrião. Segundo eles, a ciência comprova que o embrião, mesmo no produto da concepção em laboratório, possui uma identidade genética (DNA) que, conforme já descrito acima, permitiria seu desenvolvimento autônomo, sendo o útero da mulher apenas um “habitat” e “fonte de alimento”. Além disso, afirmavam que a pesquisa com células-tronco adultas apresenta melhores resultados, uma vez que não fere a vida e é dificultoso controlar a pluripotencialidade de uma célula embrionária (LEAL; MAAS, 2010; LUNA, 2013).

De acordo com Naara Luna (2013), esses argumentos são baseados na concepção judaico-cristã de que a vida é um dom divino que possui um valor transcendente, que independe de processos físicos e biológicos, motivo pelo qual defende-se que deve receber proteção absoluta.

No entanto, na audiência da ADI 3.510, os grupos contrários à Lei de Biossegurança, assim como os favoráveis, defendiam a cientificidade de seus argumentos. A todo tempo, eles reforçavam que não se tratava de um debate religioso, pois era a ciência que dizia que a vida humana começa desde a concepção, apesar de muitos terem vínculos com a Igreja Católica (LUNA, 2013). A partir das considerações de Paula Montero (2012) acerca da circulação e incorporação de categorias religiosas pela esfera pública, é preciso uma leitura atenta de argumentos que se apresentam como científicos.

Naara Luna (2013), realizando mapeamento do currículo Lattes de todos os convocados para a audiência, constatou que, dos 11 participantes contrários à Lei de Biossegurança, um professor não tinha currículo Lattes e um tinha apenas cadastro na plataforma. Dos nove que tinham currículo Lattes, sete eram doutores e dois eram mestres, mas apenas quatro eram envolvidos em pesquisa com células-tronco e também quatro tinham bolsa produtividade em pesquisa. Em termos de produção e reconhecimento, este grupo era pouco representativo da comunidade científica. Apesar disso, a religião foi pouco mencionada na audiência. (LUNA, 2013)

Quanto aos especialistas favoráveis à lei, estes argumentavam que há marcos variados – na ciência, na cultura e na religião – para o início da vida, que não a fecundação, bem como trouxeram a tese de “remédio ou lixo”, que baseava-se na ideia de que era melhor utilizar embriões para curar pessoas do que descartá-los. Isso porque a lei condiciona a pesquisa e o tratamento à inviabilidade dos embriões ou ao congelamento destes por três anos ou mais. Os especialistas sustentavam que os embriões inviáveis são descartáveis e que, em casos de divórcio, doenças graves e falecimento, era muito raro que os cônjuges aceitassem que seus embriões fossem gerados em outras famílias, optando por mantê-los congelados por vários anos, e, quanto maior o tempo de congelamento, menor a viabilidade dos embriões. Além disso, defendiam que a utilização de material embrionário em vias de descarte é amparada pelo direito à saúde e à livre expressão da atividade científica. (LUNA, 2013)

O bloco favorável era composto por cientistas envolvidos na área de pesquisas com células-tronco, com exceção de Debora Diniz, antropóloga com estudos na área de bioética. Todas e todos os participantes eram professores, ativos ou aposentados, de universidades públicas, integravam associações de pesquisa científica e seis delas e deles recebiam bolsa produtividade. Em relação ao reconhecimento na comunidade científica, todos eram nomes de destaque e tinham uma vasta produção de bastante crédito (LUNA, 2013) .

Finalmente, em maio de 2008, por 6 a 5 votos, o julgamento da ADI 3.510 foi concluído. O STF decidiu pela improcedência da ação, entendendo que a pesquisa com células-tronco é compatível com a Constituição. Diante do suposto conflito entre a pesquisa com células-tronco embrionárias e o direito à vida, o tribunal se pronunciou sobre quem é o titular desse direito, entendendo que cada etapa do desenvolvimento gestacional é protegida de uma forma e, quando Constituição fala de direitos e garantias individuais, ela refere-se ao indivíduo personalizado, ou seja, nascido com vida. Como fundamento para o argumento de que o embrião não é cientificamente uma pessoa, o tribunal citou a Lei de Transplantes e Órgãos, fazendo a interpretação de que, se a vida termina com a morte cerebral, ela começa com a atividade cerebral. Não tendo cérebro formado, o embrião não seria uma vida. Na ementa da ação, é especificado que a utilização das células-tronco embrionárias não é aborto.

A decisão é particularmente importante para a compreensão do debate constitucional sobre o aborto em razão dos fundamentos apresentados pelo STF no que foi o seu primeiro pronunciamento sobre os marcos temporais de proteção ao direito à vida. Se o tribunal julgasse a ADI procedente, estaria acolhendo a tese de que a vida se inicia desde a concepção, motivo pelo qual células fecundadas congeladas também seriam titulares do direito inviolável à vida (DINIZ, 2014). No entanto, não foi isso que aconteceu, de modo que a decisão da ADI 3.510 acabou se tornando um fundamento para a argumentação desenvolvida na ADPF 54.

I.V. ANTECEDENTES DO DEBATE CONSTITUCIONAL SOBRE O DIREITO AO ABORTO NA ADPF 442: A ADPF 54, A ADI 5581 E O HC 124.306

A ADPF 54 foi apresentada ao STF pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS), com o suporte técnico da Anis – Instituto de Bioética, em 2004. O principal argumento das proponentes da ação era que a “antecipação terapêutica do parto” de feto anencefalo não pode ser considerada aborto, pois, de acordo com o saber biomédico, a anencefalia é uma malformação incompatível com a vida. Quando a gestação chega a termo – o que é possível que não aconteça –, o bebê nasce morto ou não sobrevive mais do que 24 horas (LUNA, 2013). Naquela época, já havia evidências de que 65% dos fetos morrem ainda na gestação (DINIZ; RIBEIRO, 2004). Sendo assim, afirmou-se que forçar mulheres grávidas de fetos anencefalos a levarem suas gestações a termo pode causar intenso sofrimento mental, e inclusive consistir em uma forma de tortura (DINIZ, 2014). Os debates que se seguiram buscaram responder à questão de se o feto anencefálico possui o direito à vida (LUNA, 2013).

Como narra Debora Diniz (2014), é possível compreender o processo de discussão da ADPF 54 em três atos. O primeiro se iniciou duas décadas antes da ADPF 54, com a popularização de técnicas de diagnóstico que permitiram identificar a anencefalia precocemente, que levou à crescente judicialização de pedidos de interrupção da gestação. O segundo ato foi inaugurado pelo HC 84.025, impetrado em favor de Gabriela Cordeiro dos Santos, contra decisão do STJ que confirmou uma decisão que proibiu Gabriela, que estava grávida de um feto anencéfalo, de interromper a gestação. O tribunal entendeu que a malformação não impedia “a acolhida, o carinho e o amor” à vida enquanto ela durar, o que “graças a Deus, está além da ciência”. Gabriela havia sido impedida de interromper a gestação por um HC impetrado por dois advogados religiosos de Goiás em favor do feto. O terceiro e último ato se iniciou com a liminar – posteriormente revogada – concedida pelo STF na ADPF 54 e se moveu “por ciclos de intensa repercussão e períodos de silenciamento” até a decisão final (DINIZ, 2014).

O primeiro ato revela o drama vivido pelas mulheres grávidas de fetos anencéfalos, que motivaria a ADPF 54 na tentativa de dar visibilidade às consequências provocadas pela criminalização aos direitos reprodutivos das mulheres (BARROSO, 2016; DINIZ, 2014). Mulheres, médicos e juízes eram os protagonistas desse ato: as mulheres chegavam aos médicos em situação de sofrimento mental pela fatalidade da anencefalia, os médicos produziam laudos e imagens ecográficas indicando a interrupção da gestação e os juízes decidiam sobre o destino das mulheres, que peregrinavam de tribunal em tribunal em busca de uma sentença favorável. O termo “antecipação terapêutica do parto” surgiu da experiência das próprias mulheres, que diziam “eu quero acabar com isso; eu quero antecipar o parto” (DINIZ, 2014).

O segundo ato, que teve início com a decisão da desembargadora Giselda Leitão que autorizou Gabriela a interromper a gestação, teve como marco o HC 84.025, redigido por Fabiana Paranhos, Samantha Buglione e Debora Diniz. Se o habeas corpus dos advogados católicos era em favor do feto, o HC 84.025 veio em favor dos interesses de Gabriela. A petição seria apresentada à Gabriela por Diniz, mas, quando a antropóloga a localizou, ela já havia dado à luz prematuramente e tinha um atestado de óbito em mãos, confirmando as evidências biomédicas sobre a fatalidade do diagnóstico de anencefalia. No entanto, a história teria seguimento e daria força à ADPF 54. Quando a antropóloga voltou a Brasília, os ministros Joaquim Barbosa e Celso de Mello já haviam votado favoravelmente ao *habeas corpus*. Em vez de deixar o caso seguir seu curso, Debora Diniz optou por apresentar o atestado de óbito de Maria Vida ao STF, como um ato político de visibilidade da história de uma mulher concreta. O caso, então, foi arquivado por perda de objeto (DINIZ, 2014).

A história de Gabriela demonstrou que o tempo das cortes não acompanha o tempo da gravidez, de modo que levar mais um caso concreto ao tribunal poderia ser, novamente, ineficaz (DINIZ, 2014). Além disso, na época se estimava que o Brasil era o país com maior número de gestações afetadas por anencefalia. Era preciso, portanto, um questionamento mais amplo, que fosse capaz de oferecer, em tempo hábil, solução à questão para as mulheres que dela precisam. O termo “antecipação terapêutica do parto”, ao mesmo tempo em que foi uma nomenclatura sensível à experiência das mulheres grávidas, foi concebido como um enquadramento que permitiria a discussão sobre o aborto a partir da perspectiva dos direitos fundamentais das mulheres em um cenário colonizado por narrativas conservadoras que sacralizam a vida, naturalizam o sofrimento e consideram que um ato individual de escolha possa ser eugênico (BARROSO, 2016; MACHADO; COOK, 2018).

No terceiro ato, assim que a liminar da ADPF 54 foi concedida, o caso começou a repercutir em jornais por meio de manchetes como as que anunciavam que o aborto de feto anencéfalo havia sido liberado pelo STF e que era o fim do sofrimento das mulheres (DINIZ, 2014). A liminar foi cassada em 20 de outubro de 2004, após um julgamento marcado por tensões. Entre a cassação da liminar e a decisão final passaram-se sete anos, no decorrer dos quais foi julgada a ADI 3.510. Houve sugestão de convocação de audiência pública que, no entanto, seria realizada somente quatro anos depois. Naara Luna (2013) relata que a demora do relator em convocar a audiência pública foi atribuída à espera pela decisão final do tribunal na ADI 3.510.

A audiência pública foi realizada entre agosto e setembro de 2008, ao longo de quatro dias, e contou com a presença de 27 expositores, sendo 11 contrários, que se definiam como pró-vida, e 16 favoráveis à ação, os quais defendiam a possibilidade de escolha das mulheres. Do lado contrário, houve uma forte atuação de grupos religiosos defensores da família tradicional e da existência da vida desde a concepção, embora a maioria se apresentasse como sendo do campo científico. Faziam parte desse bloco dois representantes da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, dois da Associação Médico-Espírita do Brasil e representantes da Associação Pró-Vida e Pró-Família, da Frente Parlamentar em Defesa da Vida, do Movimento Nacional da Cidadania em Defesa da Vida – Brasil Sem Aborto e da Associação para o Desenvolvimento da Família. Apresentando-se como especialistas, estavam Cinthia Macedo Specian, do campo da pediatria e da neurologia pediátrica, Dernival da Silva Brandão, e Elizabeth Kipman Cerqueira, ambos da ginecologia e obstetrícia (LUNA, 2013).

No bloco contrário, atores que reconheciam que a gestação anencefálica é mais arriscada para as mulheres afirmavam que o risco é equivalente ao de uma gestação de gêmeos, devendo ser tratado não por meio da interrupção da gravidez, mas através de assistência pré-natal. O argumento sobre o direito à vida era o mesmo apresentado na ADI 3.510: o feto possui um genoma humano, o que o torna uma vida humana, ainda que de duração breve, a ser protegida como detentora de uma dignidade intrínseca (MACHADO; COOK, 2018). Ademais, argumentava-se pela impossibilidade de diagnóstico intrauterino. A representante da AME, que dizia defender a vida com base na ciência, quando questionada, concordou que a letalidade da anencefalia é de 100%, mas afirmou que isso não afastava o fato de que a vida anencefálica é um bem fundamental, superior a qualquer direito da mãe. Havia, ainda, o argumento de que a interrupção da gravidez de feto anencéfalo é uma forma de eugenia, pois se trataria da eliminação da vida de uma pessoa com deficiência, cuja condição se assemelha ao estado vegetativo (LUNA, 2013).

Entre os favoráveis à ação, estavam três autoridades públicas, uma delas na qualidade de ginecologista e obstetra, cinco ONGs, seis associações científicas e conselhos profissionais e duas entidades religiosas. Como autoridades públicas estavam o à época Ministro da Saúde e a ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e presidente do Conselho Nacional de Direitos da Mulher. Um deputado foi a autoridade que apresentou-se como especialista em ginecologia e obstetrícia. As entidades religiosas eram o Católicas pelo Direito de Decidir e a Igreja Universal do Reino de Deus. Como ONGs, estavam a Anis – Instituto de Bioética, a Escola de Gente – Comunicação e Inclusão, a Rede Feminista de Saúde, a Conectas – Direitos Humanos e o Centro de Direitos Humanos. Entre as associações científicas e conselhos estavam o Conselho Federal de Medicina, a Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia, a Sociedade Brasileira de Medicina Fetal, a Sociedade Brasileira de Genética Médica e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (LUNA, 2013).

Os argumentos apresentados por esses grupos giraram em torno da defesa dos direitos fundamentais das mulheres em especial do direito à saúde integral, conforme definida pela OMS. Segundo eles, a interrupção da gestação seria necessária para aliviar o sofrimento das mulheres grávidas de fetos anencéfalos, sendo direito dessas mulheres a possibilidade de tomar decisões livres e informadas, o que inclui tanto interromper, quanto continuar com a gravidez. Foram apresentadas evidências de que o sofrimento mental eleva os riscos para a saúde física das mulheres, devido à hipertensão e aos altos riscos de eclampsia, e de que os serviços de saúde estão totalmente preparados para produzir o diagnóstico intrauterino de anencefalia, além

das evidências de que a anencefalia é incompatível com a vida. Além de todos esses argumentos, foi ressaltada a importância do respeito à laicidade do Estado (MACHADO; COOK, 2018).

Em abril de 2012, por maioria de votos, o STF decidiu pela procedência da ação. A corte resolveu o objeto da ADPF entendendo como “inconstitucional a interpretação segundo a qual a antecipação terapêutica do parto no caso de feto anencefálico constitui crime de aborto” (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2018). Para tanto, foi apresentada uma ampla fundamentação que envolveu o reconhecimento da dignidade, da liberdade, da autonomia e dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, bem como do caráter não absoluto do direito à vida, de modo a sinalizar o início da abertura do tribunal para enfrentar o aborto como um problema de saúde pública (BARROSO, 2016; DINIZ, 2014). A corte argumentou, explicitamente, que o direito à vida não é absoluto no texto constitucional, sendo citada a decisão proferida na ADI 3.510, na qual reconheceu que a proteção da vida comporta diferentes gradações.

Quatro anos após a decisão do STF, surgiram duas novas ações que trouxeram a discussão de volta, mobilizadas por grupos feministas encorajados pela experiência de sucesso e também pela epidemia do zika: a ADI 5581 e a ADPF 442. Proposta pela Associação Nacional dos Defensores Públicos com o suporte técnico da Anis, a ADI 5581 é uma resposta aos efeitos desproporcionais da epidemia do zika para populações vulneráveis, provocados pela negligência do Estado em promover a saúde ambiental e a saúde sexual e reprodutiva de mulheres e meninas, bem como em fornecer proteção social às crianças com a síndrome congênita do zika e suas famílias (DINIZ, 2016). Dentre os diversos pedidos da ação, está a possibilidade de interrupção da gravidez para mulheres infectadas pelo vírus zika para a proteção de sua saúde mental.

A ADI 5581 já teve o seu julgamento adiado várias vezes (MIGUEL; BIROLI; MARIANO, 2017). Apenas em 2019, foram dois adiamentos. Pelo menos até o momento, não foi realizada audiência pública no âmbito da ação, mas ela já conta com 14 pedidos de *amici curiae*, sendo oito favoráveis à procedência da ação, sete contrárias, e um sem posicionamento evidente. Se, com a evidência da incompatibilidade da anencefalia com a vida, a ADPF 54 conseguiu afastar argumentos religiosos e morais sobre o início da vida, essa controvérsia volta a surgir em torno da ADI 5581 diante de relação do pedido com as malformações fetais provocadas pela chamada “síndrome congênita do zika”.

Entre a propositura da ADI 5581 e da ADPF 442, e quatro anos após a decisão da ADPF 54, o aborto foi novamente discutido pela corte. Desta vez, no âmbito do habeas corpus

124.306/RJ, impetrado em favor de uma mulher e um homem que haviam sido presos por manter uma clínica clandestina de aborto. Em março de 2014, foi concedida a liberdade provisória aos pacientes pelo juízo de primeira instância. No entanto, em fevereiro de 2014 a prisão preventiva foi decretada, após acolhido recurso em sentido estrito interposto pelo Ministério Público. A defesa impetrou HC ao STJ, mas não foi conhecido, pois o acórdão assentou não ser ilegal o encarceramento na hipótese. O impetrante alegava que não estavam presentes os requisitos da prisão preventiva. No STF, o pedido liminar foi concedido e confirmado no julgamento de mérito.

Na fundamentação de seu voto, o Ministro Barroso defendeu que um dos motivos para a concessão da liberdade provisória era a inconstitucionalidade da criminalização do aborto até a 12ª semana de gestação. O ministro entendeu que, como até esse momento o córtex cerebral – que permite que o feto desenvolva sentimentos e racionalidade – ainda não está formado, não há que se falar em vida. Por meio do teste de proporcionalidade, entendeu que a criminalização não é adequada, pois não diminui o número de abortos, não é necessária, pois há meios mais eficazes para evitar a ocorrência de abortos sem que sejam prejudicados os direitos das mulheres, e não é proporcional em sentido estrito, pois a criminalização gera custos sociais para o sistema de saúde muito superiores aos benefícios da criminalização, em especial para as mulheres pobres e negras, que recorrem a clínicas clandestinas de aborto, enquanto as ricas podem pagar por procedimentos mais seguros (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2016b).

O HC, assim como a ADI 3.510 e a ADPF 54, foi utilizado como precedente para a fundamentação da ADPF 442, como uma decisão que confirma o entendimento do STF na ADI 3.510 e na ADPF 54 sobre a inadequação do estatuto de pessoa ao feto e do nascimento como marco para a imputação de direitos fundamentais à criatura em desenvolvimento.

I.VI. O CASO DA ADPF 442

Em março de 2017, o PSOL, com suporte técnico da Anis, apresentou a ADPF 442 ao STF. Diferentemente da ADPF 54 e da ADI 551, a ADPF 442 apresenta um pedido amplo: a descriminalização do aborto em qualquer caso até a 12ª semana de gestação, por concluir que a restrição do procedimento viola direitos constitucionais das mulheres, além de ser meio inadequado, desnecessário e desproporcional para a proteção da vida em potencial, uma vez que não é capaz de reduzir o número de abortos e que há outras medidas mais eficazes para a proteção

da vida em potencial que não comprometem a vida, a saúde e a cidadania das mulheres (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2017).

A ação tem sido alvo da ofensiva religiosa e conservadora defensora do direito à vida desde a concepção, que agora adota uma linguagem de direitos com aparência de laica dentro do processo nomeado por Marta Machado e Rebecca Cook (2018) de “constitucionalização do aborto”, em que, no marco constitucional, tanto grupos favoráveis quanto grupos contrários a reformas nas leis de aborto passam a adotar uma linguagem de valores constitucionais para defender os seus posicionamentos. Nesse contexto, movimentos conservadores são acusados de se apropriarem seletivamente do saber científico para terem seus discursos aceitos, assim como há quem questione as evidências apresentadas pelos grupos feministas.

A ADPF 442 já bateu o recorde de pedidos de ingresso como *amicus curiae*¹⁴, contando com 48 petições até o momento, sendo 35 favoráveis e 13 contrárias à procedência da ação. Proposta em um cenário no qual o STF demonstrou, em outras três decisões, compromisso com a ciência, a ADPF 442 carrega consigo a expectativa de que a corte solucione a controvérsia posta de maneira consistente com as evidências apresentadas. Diante disso, torna-se necessário entender o que tem sido mobilizado pelos atores desse debate como evidência e em que medida isso demonstra um esforço para a aceitação de seus argumentos.

Entender os aspectos desse debate não apenas permite uma maior compreensão das lutas interpretativas travadas no âmbito da ADPF 442, como também pode viabilizar a compreensão da capacidade de tais sujeitos de movimentar o discurso e influenciar o debate. Assim, serão analisadas a seguir as disputas interpretativas em torno do direito à vida nos *amici curiae* favoráveis e contrários à procedência da ADPF 442, apresentados entre março de 2017 (propositura da ação) e novembro de 2019 (período em que se encerrou a coleta documental), a partir da avaliação do uso de elementos de suporte a cada argumento, visando compreender quais são e como estão sendo utilizados.

¹⁴ Dados apresentados pela advogada e pesquisadora Eloísa Almeida (2016) com base em levantamento, feito para a sua tese de doutorado, de todos os processos do STF desde 1999, quando a figura do *amicus curiae* foi criada, até 2015.

CAPÍTULO II – CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS E EXPOSIÇÃO INICIAL DO CORPUS DA ANÁLISE

II.1. METODOLOGIA E OBJETIVOS

A presente pesquisa adotou o método qualitativo de análise. Em um primeiro momento, foi realizada a coleta documental de todas as petições de ingresso como *amicus curiae* apresentadas ao STF na ADPF 442, disponíveis em modo público no site do tribunal. Foram coletadas um total de 48 petições, das quais 35 são favoráveis e 13 são contrárias à ação, apresentadas entre março de 2017, data em que a ação foi protocolada, e novembro de 2019, período em que se encerrou a coleta dos documentos analisados. A análise foi guiada pelo objetivo de compreender como organizações que atuam na ADPF 442 estão interpretando o direito à vida, a partir dos argumentos e respectivos elementos de suporte apresentados em cada um dos *amici curiae*, tanto contrários quanto favoráveis à procedência da ação. Com base na leitura geral das petições, foram extraídas categorias de análise que possibilitassem a descrição da disputa interpretativa em questão nos *amici curiae*.

A abordagem de investigação foi a teoria fundamentada, que busca desenvolver uma explicação do processo em análise a partir do exame dos dados coletados na pesquisa (CRESWELL, 2014). No caso, o objetivo foi explicar as disputas interpretativas em torno do direito à vida na ADPF 442, para o que foram formulados os seguintes quesitos de coleta de dados: organização, classificação da organização, argumentos, evidências, classificação das evidências, elementos normativos e elementos de consenso ou confirmação apresentados. Esses quesitos resultaram no seguinte instrumento de coleta de dados:

TABELA 1 – INSTRUMENTO DE ANÁLISE DOS AMICI CURIAE

Organização	Classificação	Argumentos	Evidências	Classificação	Fontes	Elementos normativos	Elementos de consenso ou confirmação	Observações
-------------	---------------	------------	------------	---------------	--------	----------------------	--------------------------------------	-------------

Fonte: Elaboração da autora.

A motivação da pesquisa de identificar os argumentos e evidências apresentadas pelos *amici curiae* da ADPF 442 foi a importância da “experiência como fonte de conhecimento e legitimação das escolhas públicas” (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2018), a qual o STF indica ter valorizado em ações passadas que discutiram o alcance da proteção constitucional

conferida pelo direito à vida, quais sejam, a ADI 3.510 e a ADPF 54, no intuito de compreender o escopo dos direitos fundamentais questionados.

II.II. ORGANIZAÇÕES PROPOSITORAS DOS *AMICI CURIAE*

Os pedidos de ingresso como *amicus curiae* foram apresentados por 57 organizações diferentes. Apresentaram pedidos de maneira conjunta apenas organizações do bloco favorável à ação, sendo elas i) o NUDEM - Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher e a Clínica de Litigância Estratégica em Direitos Humanos na FGV Direito SP; ii) o Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher - CLADEM e a Associação das Promotoras Legais Populares; iii) o Centro Acadêmico XI de Agosto, o Departamento Jurídico XI de Agosto, o Coletivo Feminista Dandara, o Escritório USP Mulheres e o Núcleo de Prática Jurídica em Direitos Humanos; iv) a Conectas - Direitos Humanos e o Instituto Terra Trabalho e Cidadania – ITTC; v) o Centro Acadêmico Afonso Pena (CAAP - UFMG), a Divisão de Assistência Judiciária da UFMG (DAJ - UFMG) e a Clínica de Direitos Humanos da UFMG (CdH - UFMG).

TABELA 2 – ORGANIZAÇÕES FAVORÁVEIS À ADPF 442

Organização	Classificação
Consórcio Latino-americano Contra o Aborto Inseguro	Articulação de organizações latino-americanas
Clínica de Litigância Estratégica em Direitos Humanos na FGV Direito SP	Assistência/assessoria/clínica jurídica
Departamento Jurídico XI de Agosto	Assistência/assessoria/clínica jurídica
Núcleo de Prática Jurídica em Direitos Humanos	Assistência/assessoria/clínica jurídica
Divisão de Assistência Judiciária da UFMG (DAJ - UFMG)	Assistência/assessoria/clínica jurídica
Clínica de Direitos Humanos da UFMG (CdH - UFMG)	Assistência/assessoria/clínica jurídica
Assessoria Jurídica Universitária Popular da Universidade Federal de Minas Gerais - AJUP - UFMG	Assistência/assessoria/clínica jurídica
Coletivo Margarida Alves de Assessoria Popular	Assistência/assessoria/clínica jurídica
Conselho Regional de Psicologia do Estado de São Paulo - 6ª Região	Conselho profissional

Conselho Regional de Psicologia da 1ª Região - CRP/01	Conselho profissional
Conselho Federal de Psicologia	Conselho profissional
Conselho Federal de Serviço Social - CFESS	Conselho profissional
Defensoria Pública do Estado do Pará e Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e Ações Estratégicas - NDDH	Instituição judiciária
Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro	Instituição judiciária
Defensoria Pública da União	Instituição judiciária
Associação Brasileira de Antropologia	Organização acadêmica
Associação Nacional dos Prefeitos e Vice-prefeitos da República Federativa do Brasil - ANPV	Organização de classe
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CUT - CNTSS)	Organização de classe
Sindicato dos Médicos do Estado do Paraná - SIMEPAR	Organização de classe
Human Rights Watch	Organização de direitos humanos
Conectas - Direitos Humanos	Organização de direitos humanos
Instituto Terra Trabalho e Cidadania - ITTC	Organização de direitos humanos
Center for Reproductive Rights (CRR)	Organização de direitos humanos
Associação Brasileira de Genética Médica	Organização de saúde
Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO	Organização de saúde
Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia - Febrasgo	Organização de saúde
Centro Acadêmico XI de Agosto	Organização estudantil
Centro Acadêmico Afonso Pena (CAAP - UFMG)	Organização estudantil
NUDEM - Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher	Organização feminista
Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher - CLADEM	Organização feminista
Associação das Promotoras Legais Populares	Organização feminista
Coletivo Feminista Dandara	Organização feminista
Escritório USP Mulheres	Organização feminista
Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde	Organização feminista
Criola	Organização feminista
Rede Feminista de Saúde	Organização feminista
Grupo Curumim Gestação e Parto (Grupo Curumim)	Organização feminista
Rede de Desenvolvimento Humano – REDEH	Organização feminista
International Women's Coalition (IWHC)	Organização feminista

SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia	Organização feminista
Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA	Organização feminista
Instituto Brasileiro de Ciências Criminais	Organização jurídica
Associação Juízes para a Democracia	Organização jurídica
Católicas pelo Direito de Decidir	Organização religiosa
Total	44

Fonte: Elaboração da autora.

TABELA 3 – ORGANIZAÇÕES CONTRÁRIAS À ADPF 442

Organização	Classificação
Estado de Sergipe	Ente federativo
Frente Parlamentar Mista em Defesa da Família e Apoio à Vida	Frente parlamentar
DPU representando Associação Virgem de Guadalupe	Instituição judiciária
Instituto Liberal do Nordeste	Organização política
Associação de Famílias de Casca- vel e Região	Organização pró-vida
Associação Nacional da Cidadania pela Vida - ADIRA	Organização pró-vida
IDVF - Instituto de Defesa da Vida e da Família	Organização pró-vida
ANAJURE - Associação Nacional dos Juristas Evangélicos	Organização religiosa
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB	Organização religiosa
União dos Juristas Católicos de São Paulo	Organização religiosa
União dos Juristas Católicos do Rio de Janeiro	Organização religiosa
Partido Social Cristão	Partido político
Podemos	Partido político
Total	13

Fonte: Elaboração da autora.

A classificação das organizações favoráveis (Tabela 4) permitiu identificar pelo menos 12 tipos de organizações: feministas (30%, 13), de assistência e assessoria ou clínica jurídica (16%, 7), conselhos profissionais (9%, 4), organizações de direitos humanos (9%, 4), instituições judiciárias (7%, 3), organizações de classe (7%, 3); organizações de saúde (7%, 3); organizações estudantis (5%, 2); organizações jurídicas (5%, 2); uma articulação de organizações

latino-americanas (2%, 1); uma organização acadêmica (2%, 1); e uma organização religiosa (2%, 1). Com exceção do Coletivo Margarida Alves de Assessoria Popular, todas as organizações de assistência e assessoria ou clínica jurídica são universitárias. Apenas entre os *amici curiae* favoráveis notou-se a presença de organizações internacionais, sendo elas i) a Human Rights Watch, ii) o Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher – CLADEM, iii) o Consórcio Latino-americano Contra o Aborto Inseguro, a International Women's Coalition (IWHC) e (iv) o Center for Reproductive Rights (CRR).

TABELA 4 – CLASSIFICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES FAVORÁVEIS À ADPF 442

Tipos de organizações	nº	% (n = 44)
Organização feminista	13	30%
Assistência/assessoria/clínica jurídica	7	16%
Conselho profissional	4	9%
Organização de direitos humanos	4	9%
Instituição judiciária	3	7%
Organização de classe	3	7%
Organização de saúde	3	7%
Organização estudantil	2	5%
Organização jurídica	2	5%
Articulação de organizações latino-americanas	1	2%
Organização acadêmica	1	2%
Organização religiosa	1	2%
Total	44	100%

Fonte: Elaboração da autora.

Por sua vez, a classificação das organizações contrárias (Tabela 5) permitiu identificar sete tipos de organizações: organizações religiosas (31%, 4); organizações “pró-vida” (23%, 3); dois partidos políticos (15%, 2); um ente federativo (8%, 1); uma frente parlamentar (8%, 1); uma instituição judiciária (8%, 1); e uma organização política (8%, 1). Nota-se uma forte presença de organizações religiosas e organizações que se apresentam como “pró-vida”. Dentre essas organizações estão a Associação de Famílias de Cascavel e Região, a Associação Nacional da Cidadania pela Vida – ADIRA e o IDVF - Instituto de Defesa da Vida e da Família. Essas organizações afirmam que estão falando em nome do direito e da ciência, e não da religião, embora haja influência religiosa em sua argumentação. A ADIRA, que se define como “suprarreligiosa”, afirma, expressamente, que a proteção do direito à vida desde a concepção faz parte da “tradição humanista e cristã” da sociedade brasileira (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2017).

TABELA 5 – CLASSIFICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES CONTRÁRIAS À ADPF 442

Tipos de organizações	nº	% (n = 13)
Organização religiosa	4	31%
Organização pró-vida	3	23%
Partido político	2	15%
Ente federativo	1	8%
Frente parlamentar	1	8%
Instituição judiciária	1	8%
Organização política	1	8%
Total	13	100%

Fonte: Elaboração da autora.

Conclui-se que o número de *amici curie* apresentados pelas organizações favoráveis é expressivamente maior do que o número de *amici* apresentados pelas organizações contrárias. A quantidade de organizações que ingressaram com pedidos fez com que a ADPF 442 batesse o recorde de ação constitucional com o maior número de *amici curiae* até o momento. No bloco favorável, as organizações mais frequentes são organizações feministas, estudantis (assistência, assessoria ou clínica jurídica), conselhos profissionais e organizações de direitos humanos. No bloco contrário, é expressiva a presença de organizações religiosas e pró-vida, que constituem, juntas, mais de 50% das petições.

Um aspecto importante de ser ressaltado é o fato de que nenhuma das organizações contrárias é especialista em temas pertinentes à ação (como aborto, saúde pública e direitos sexuais e reprodutivos), ao passo que do lado contrário há organizações que estudam, especificamente, sobre aborto, saúde pública e direitos sexuais e reprodutivos, como o Consórcio Latino-americano Contra o Aborto Inseguro, a Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia – Febrasgo, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO, o Grupo Curumim Gestação e Parto (Grupo Curumim) e o Center for Reproductive Rights (CRR).

II.III. ARGUMENTOS APRESENTADOS PELO *AMICI CURIAE*: INÍCIO E PROTEÇÃO DA VIDA, MORBIMORTALIDADE MATERNA, LAICIDADE E EUGENIA

O mapeamento dos argumentos dos *amici curiae* relacionados ao direito à vida considerou tanto os argumentos relacionados ao suposto direito à vida do feto, quanto os que defendem a descriminalização como forma de proteger o direito à vida das mulheres. Como descrito no Capítulo I do presente trabalho, ao longo dos últimos anos os movimentos favoráveis à descriminalização do aborto passaram a defender a tese de que a descriminalização é fundamental

para proteger a vida das mulheres, contrastando-se com a tese contrária centrada na proteção absoluta da vida do feto (MIGUEL; BIROLI; MARIANO, 2017). A própria petição inicial da ADPF 442 indica como preceito fundamental violado pela criminalização do aborto a inviolabilidade da vida das mulheres, apresentando dados sobre a morbimortalidade materna provocada pela criminalização (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2017).

Foram identificados 11 argumentos favoráveis (Tabela 6) e 13 argumentos contrários (Tabela 7) à procedência da ADPF 442, os quais foram divididos em quatro eixos: i) início e proteção da vida; ii) morbimortalidade materna; iii) laicidade; iv) eugenia.

No eixo sobre o início e proteção da vida estão agrupados todos os argumentos que tratam do alcance da proteção conferida pelo direito à vida e da legitimidade da criminalização do aborto, no sentido de discutirem se é legítima, adequada e justa dentro de seu objetivo declarado: a proteção da vida em potencial. Os argumentos favoráveis contemplados por esse eixo são: i) a vida em potencial pode ser protegida de outras formas (54%, 19); ii) o direito à vida não é protegido desde a concepção (43%, 15); iii) o verdadeiro motivo da criminalização não é a proteção da vida em potencial (14%, 5); e iv) não há consenso sobre o início da vida humana (9%, 3). Já os argumentos contrários são: i) o aborto é matar alguém (77%, 10); ii) o direito à vida do feto deve prevalecer diante dos direitos da mulher (77%, 10); iii) a vida é protegida desde a concepção (69%, 9); iv) a ciência comprova que existe vida desde a concepção (62%, 8); v) a falta de certeza sobre quando se inicia a vida humana justifica a criminalização (15%, 2).

No eixo sobre morbimortalidade materna estão todos os argumentos que discutem se e como a criminalização do aborto impacta negativamente sobre as taxas de morbimortalidade materna. Os argumentos dos *amici* favoráveis são: i) a criminalização do aborto prejudica a vida das mulheres (69%, 24); ii) a criminalização prejudica principalmente as mulheres mais vulneráveis (51%, 18); iii) o aborto é um procedimento seguro (23%, 8); iv) a taxa de morte de mulheres reduzirá com a descriminalização (17%, 6); v) a criminalização faz com que as taxas de morte materna sejam subnotificada (14%, 5); e vi) a lei não protege a vida das mulheres (14%, 5). Os *amici* contrários apresentam os seguintes argumentos: i) os danos sofridos pelas mulheres não justificam a descriminalização (54%, 7); ii) o aborto é um procedimento perigoso (38%, 5); iii) a descriminalização aumentará as taxas de morte materna (23%, 3); iv) as taxas de morte materna não são causadas pela criminalização do aborto (23%, 3); v) a legislação atual já protege as mulheres (8%, 1); e vi) poucas mulheres morrem por aborto (8%, 1). Os

argumentos relativos à segurança do procedimento de aborto foram incluídos nesse eixo por estarem diretamente relacionados ao impacto da criminalização sobre as taxas de morbimortalidade materna.

O eixo sobre a laicidade é composto por apenas um argumento dos *amici* favoráveis e um argumento dos *amici* contrários. São eles, respectivamente: i) a criminalização do aborto viola o princípio da laicidade (31%, 11); e ii) a descriminalização desrespeitaria o valor religioso da vida (15%, 2). O eixo sobre eugenia abrange apenas um argumento contrário, qual seja, i) a descriminalização do aborto é uma forma de eugenia (38%, 5). A escolha por isolar estes eixos de análise se deve ao fato de que os argumentos citados marcam o debate sobre aborto desde o seu início no Legislativo até o Judiciário. O argumento favorável segundo o qual a criminalização do aborto viola o princípio da laicidade foi inserido na presente análise em função da argumentação contrária de que a descriminalização desrespeitaria o valor religioso da vida. Os *amici* favoráveis compreendem que manter a criminalização com base no discurso religioso de proteção absoluta da vida em potencial viola o princípio da laicidade. O argumento de que a descriminalização do aborto é uma forma de eugenia tenta fazer uma analogia entre a descriminalização do aborto e políticas eugênicas.

TABELA 6 – ARGUMENTOS DOS AMICI CURIAE FAVORÁVEIS À ADPF 442

Argumentos	Nº de <i>amici curiae</i> em que aparecem	% (n = 35)	Eixo
A criminalização do aborto prejudica a vida das mulheres	24	69%	Morbimortalidade materna
A vida em potencial pode ser protegida de outras formas	19	54%	Início e proteção da vida
A criminalização prejudica principalmente as mulheres mais vulneráveis	18	51%	Morbimortalidade materna
O direito à vida não é protegido desde a concepção	15	43%	Início e proteção da vida
A criminalização do aborto viola o princípio da laicidade	11	31%	Laicidade
O aborto é um procedimento seguro	8	23%	Morbimortalidade materna
A taxa de morte de mulheres reduzirá com a descriminalização	6	17%	Morbimortalidade materna
O verdadeiro motivo da criminalização não é a proteção da vida em potencial	5	14%	Início e proteção da vida

A criminalização faz com que as taxas de morte materna sejam subnotificadas	5	14%	Morbimortalidade materna
A lei não protege a vida das mulheres	5	14%	Morbimortalidade materna
Não há consenso sobre o início da vida humana	3	9%	Início e proteção da vida

Fonte: Elaboração da autora.

TABELA 7 – ARGUMENTOS DOS *AMICI CURIAE* CONTRÁRIOS À ADPF 442

Argumentos	Nº de <i>amici curiae</i> em que aparecem	% (n = 13)	Eixo
O aborto é matar alguém	10	77%	Início e proteção da vida
O direito à vida do feto deve prevalecer diante dos direitos da mulher	10	77%	Início e proteção da vida
A vida é protegida desde a concepção	9	69%	Início e proteção da vida
A ciência comprova que existe vida desde a concepção	8	62%	Início e proteção da vida
Os danos sofridos pelas mulheres não justificam a descriminalização	7	54%	Morbimortalidade materna
A descriminalização do aborto é uma forma de eugenia	5	38%	Eugenia
O aborto é um procedimento perigoso	5	38%	Morbimortalidade materna
A descriminalização aumentará as taxas de morte materna	3	23%	Morbimortalidade materna
As taxas de morte materna não são causadas pela criminalização do aborto	3	23%	Morbimortalidade materna
A falta de certeza sobre quando se inicia a vida humana justifica a criminalização	2	15%	Início e proteção da vida
A descriminalização desrespeitaria o valor religioso da vida	2	15%	Laicidade
A legislação atual já protege as mulheres	1	8%	Morbimortalidade materna
Poucas mulheres morrem por aborto	1	8%	Morbimortalidade materna

Fonte: Elaboração da autora.

II.IV. ELEMENTOS DE SUPORTE AOS ARGUMENTOS: EVIDÊNCIAS, ELEMENTOS NORMATIVOS E ELEMENTOS DE CONSENSO OU CONFIRMAÇÃO

Os elementos de suporte aos argumentos foram classificados em três tipos: i) evidências; ii) elementos normativos; e iii) elementos de consenso ou confirmação. Foram consideradas como evidências de ciências da vida dados sobre as taxas de morbidade e mortalidade materna por aborto no Brasil e em outros países; evidências sobre as complicações provocadas pelo aborto inseguro; evidências sobre a segurança do procedimento de aborto; evidências sobre os obstáculos que mulheres enfrentam para terem acesso ao aborto legal e constatações da biologia sobre o desenvolvimento da vida intrauterina. Como evidências de ciências sociais foram consideradas pesquisas sobre os itinerários percorridos pelas mulheres que buscam um aborto; fatos históricos sobre o controle da sexualidade e da reprodução das mulheres; e fatos históricos sobre políticas eugênicas.

Os elementos classificados como normativos consistem em leis, tratados, jurisprudência, dispositivos constitucionais, doutrina e direito comparado. Elementos de consenso e de confirmação consistem em pareceres e opiniões, recomendações internacionais e histórias de mulheres, os quais são utilizados no intuito de conferir maior força ou autoridade aos argumentos.

80% (28) dos *amici curiae* favoráveis à ação utilizaram evidências como elementos de suporte aos seus argumentos. Elementos normativos apareceram em 71% (25) das petições e elementos de consenso ou confirmação em 49% (17).

TABELA 8 – ELEMENTOS DE SUPORTE DOS AMICI CURIAE FAVORÁVEIS À ADPF 442

Categorias de elementos de suporte	Nº de <i>amici curiae</i> em que aparecem	% (n = 35)
Elemento de evidência	28	80%
Elemento normativo	25	71%
Elemento de consenso ou confirmação	17	49%

Fonte: Elaboração da autora.

Evidências de ciências da vida aparecem em 80% (28) e evidências de ciências sociais em 11% (4) dos *amici* favoráveis.

TABELA 9 – TIPOS DE EVIDÊNCIAS DOS AMICI CURIAE FAVORÁVEIS À ADPF 442

Categorias de elementos de evidência	Nº de <i>amici curiae</i> em que aparecem	% (n = 35)
Ciências da vida	28	80%
Ciências sociais	4	11%

Fonte: Elaboração da autora.

Com relação às fontes das evidências apresentadas pelos *amici curiae* favoráveis, 49% (17) foram retiradas de artigos de periódicos, 34% (12) de documentos da Organização Mundial da Saúde, uma das principais organizações internacionais que atuam no campo da saúde pública, e 26% (9) de bancos de dados e pesquisas do Ministério da Saúde brasileiro. Diferentes artigos de periódicos costumam ser citados como fontes em uma mesma petição. As evidências retiradas de organizações de sociedade civil são relatórios e publicações institucionais sobre o tema. Em geral, a mídia é utilizada como fonte indireta de dados do governo ou da Organização Mundial da Saúde. A categoria de outros documentos governamentais abrange dados oficiais de aborto de outros países, como Portugal, França e Uruguai.

O número expressivo de diferentes artigos de periódicos citados pelos *amici* favoráveis demonstra um compromisso com a confiabilidade das evidências apresentadas. Isso porque uma das principais características de publicações em periódicos científicos é o sistema de revisão por pares. Esse sistema consiste na análise feita por profissionais e pesquisadores de reconhecida competência na área de conhecimento do artigo, os quais avaliam a forma e o conteúdo do trabalho, emitindo pareceres com sugestões que, quando incorporadas, elevam a qualificação da produção acadêmica (NÓBREGA; LAZZOLI, 1999).

TABELA 10 – FONTES DAS EVIDÊNCIAS DOS *AMICI CURIAE* FAVORÁVEIS À ADPF 442

Fontes dos elementos de evidência	Nº de <i>amici curiae</i> em que aparecem	% (n = 35)
Artigos de periódicos	17	49%
OMS	12	34%
MS	9	26%
Organizações da sociedade civil	6	17%
Livros	6	17%
Mídia	5	14%
Outros documentos governamentais	4	11%

Fonte: Elaboração da autora.

Em relação aos elementos normativos citados pelos *amici* favoráveis, a maior parte (49%, 17) consiste em jurisprudência brasileira e de direito internacional, seguida de tratados (37%, 13), leis (31%, 11), dispositivos constitucionais (23%, 8), doutrina (23%, 8) e direito

comparado (6%, 2). Como jurisprudência brasileira são citadas principalmente a ADPF 54, a ADI 3.510 e o HC 124.306. A jurisprudência de direito internacional é da Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgão autorizado a interpretar a Convenção Americana de Direitos Humanos.

TABELA 11 – ELEMENTOS NORMATIVOS CITADOS PELOS *AMICI CURIAE* FAVORÁVEIS À ADPF 442

Categorias de elementos normativos	Nº de <i>amici curiae</i> em que aparecem	% (n = 35)
Jurisprudência	17	49%
Tratado	13	37%
Lei	11	31%
Constituição	8	23%
Doutrina	8	23%
Direito comparado	2	6%

Fonte: Elaboração da autora.

Como elementos de consenso são citadas recomendações internacionais destinadas ao Brasil a respeito do impacto da criminalização para a saúde e vida das mulheres (31%, 11), opiniões e pareceres sobre a criminalização do aborto (26%, 9) e histórias de mulheres que passaram por um aborto ou morreram em decorrência de procedimentos clandestinos e inseguros (11%, 4).

TABELA 12 – ELEMENTOS DE CONSENSO OU CONFIRMAÇÃO CITADOS PELOS *AMICI CURIAE* FAVORÁVEIS À ADPF 442

Categorias de elementos de consenso ou confirmação	Nº de <i>amici curiae</i> em que aparecem	% (n = 35)
Recomendações internacionais	11	31%
Opiniões/pareceres	9	26%
Histórias de mulheres	4	11%

Fonte: Elaboração da autora.

No que se refere aos *amici* contrários, os elementos de suporte mais frequentes são os normativos, presentes em 100% (13) das petições. Em seguida, estão os elementos de consenso ou confirmação, que aparecem em 69% (9) das petições, e, por último, as evidências, que aparecem em 54% (7) das petições. Muito embora 54% das petições contenham alguma evidência, elas em geral apresentam uma baixa diversidade, referindo-se, na maior parte dos casos, ao desenvolvimento biológico da vida intrauterina. Os *amici* que citam evidências a respeito das taxas de morbimortalidade materna se prendem aos números oficiais, não considerando que a

criminalização pode ser um obstáculo para a notificação. Há aqueles que apresentam narrativas históricas de políticas eugênicas, no intuito de equiparar a descriminalização do aborto a tais políticas. Considerações mais detalhadas são feitas no Capítulo III.

TABELA 13 – ELEMENTOS DE SUPORTE DOS *AMICI CURIAE* CONTRÁRIOS À ADPF 442

Categorias de elementos de suporte	Nº de <i>amici curiae</i> em que aparecem	% (n = 13)
Elemento normativo	13	100%
Elemento de consenso ou confirmação	9	69%
Elemento de evidência	7	54%

Fonte: Elaboração da autora.

Os elementos normativos de suporte mais utilizados pelos *amici curiae* contrários são tratados (85%, 11) e a Constituição (77%, 10), seguidos de jurisprudência (62%, 8), leis (54%, 7), doutrina (46%, 6), direito comparado (15%, 2) e ética médica (15%, 2).

TABELA 14 – ELEMENTOS NORMATIVOS CITADOS PELOS *AMICI CURIAE* CONTRÁRIOS À ADPF 442

Categorias de elementos normativos	Nº de <i>amici curiae</i> em que aparecem	% (n = 13)
Tratado	11	85%
Constituição	10	77%
Jurisprudência	8	62%
Lei	7	54%
Doutrina	6	46%
Direito comparado	2	15%
Ética médica	2	15%

Fonte: Elaboração da autora.

69% (9) dos *amici curiae* contrários se valem de opiniões e pareceres como elementos de consenso ou confirmação. Histórias de mulheres são citadas por 15% (2) *amici*, para defender i) que as mulheres estão morrendo por outras causas que não o aborto e ii) que o aborto, em si, causa danos físicos e psicológicos para as mulheres. Não é citada nenhuma recomendação internacional acerca dos tratados, o que indica que os *amici* contrários não levam em consideração as interpretações que órgãos de direitos humanos têm feito destes tratados.

TABELA 15 – ELEMENTOS DE CONSENSO OU CONFIRMAÇÃO CITADOS PELOS *AMICI CURIAE* CONTRÁRIOS À ADPF 442

Categorias de elementos de consenso ou confirmação	Nº de <i>amici curiae</i> em que aparecem	% (n = 13)
Opiniões/pareceres	9	69%
Histórias de mulheres	2	15%
Imagens	1	8%

Fonte: Elaboração da autora.

Evidências em ciências da vida aparecem em 54% (7) e evidências sociais em 15% (2) dos *amici* contrários.

TABELA 16 – TIPOS DE EVIDÊNCIAS DOS *AMICI CURIAE* CONTRÁRIOS À ADPF 442

Categorias de elementos de evidência	Nº de <i>amici curiae</i> em que aparecem	% (n = 13)
Ciências da vida	7	54%
Ciências sociais	2	15%

Fonte: Elaboração da autora.

Livros são referenciados como fontes de evidências em 31% (4) dos *amici*, seguidos de artigos de periódicos (23%, 3), do Ministério da Saúde (23%, 3), de organizações da sociedade civil (15%, 2), da mídia (15%, 2), da Organização Mundial da Saúde (8%, 1) e de institutos de pesquisa estatística (8%, 1).

TABELA 17 – FONTES DAS EVIDÊNCIAS DOS *AMICI CURIAE* CONTRÁRIOS À ADPF 442

Fontes dos elementos de evidência	Nº de <i>amici curiae</i> em que aparecem	% (n = 13)
Livros	4	31%
Artigos de periódicos	3	23%
MS	3	23%
Organizações da sociedade civil	2	15%
Mídia	2	15%
OMS	1	8%
Institutos de pesquisa estatística	1	8%

Fonte: Elaboração da autora.

A partir da exposição inicial feita, conclui-se que há um maior número de organizações favoráveis dentre as que até o momento entraram com pedido de *amicus curiae* na ADPF 442. Do lado favorável à ação, há uma maior presença de organizações feministas, estudantis, conselhos profissionais e organizações de direitos humanos. Do lado contrário, a presença maior é de organizações religiosas e pró-vida.

Grande parte das organizações favoráveis trabalha com direitos das mulheres, direito ao aborto, saúde pública e direitos sexuais e reprodutivos. As organizações contrárias, por sua vez, atuam na defesa da família tradicional e da vida intrauterina e, ainda que não declarem expressamente, sob a influência de valores religiosos. Os argumentos favoráveis tentam chamar a atenção para os impactos da criminalização sobre a vida das mulheres, ao passo que os contrários defendem a primazia da proteção da vida em potencial.

Foram identificados três tipos de elementos de suporte: evidências, elementos normativos e elementos de consenso ou confirmação. As evidências são mais frequentes e diversificadas em *amici* favoráveis do que em *amici* contrários. Muito embora 54% dos *amici* contrários cite evidências, em geral elas dizem respeito ao desenvolvimento biológico da vida intrauterina. Elementos normativos são o principal elemento de suporte aos argumentos contrários. Os *amici* contrários se valem mais do que os *amici* favoráveis de opiniões e pareceres para conferir legitimidade aos seus argumentos.

CAPÍTULO III – EVIDÊNCIAS NA DISPUTA INTERPRETATIVA DO DIREITO À VIDA NA ADPF 442

Como narrado no Capítulo I, um dos maiores pontos de tensão entre grupos favoráveis e contrários ao direito ao aborto é o direito à vida. Para o bloco contrário, a vida do feto deve ser protegida porque possui um valor intrínseco que independe de processos biológicos. De acordo com a literatura do campo, essa é uma concepção de cunho religioso, muito embora por vezes os atores que a invocam aleguem estar falando em nome da ciência, e não da religião (MACHADO; COOK, 2018; MIGUEL; BIROLI; MARIANO, 2017; MONTERO, 2012). A presença de diversas organizações religiosas no debate dos Poderes Legislativo e Judiciário é um indicativo de que valores religiosos permeiam o debate.

Esse discurso acompanhou o debate no parlamento e permanece no Poder Judiciário, como se depreende do debate na ADI 3.510 e na ADPF 54. Na primeira, visava-se proibir a pesquisa e tratamentos com células-tronco, sob a justificativa de que tais procedimentos destruiriam a “vida humana do embrião”. As constatações da biologia sobre o processo de desenvolvimento da vida eram utilizadas pelos grupos contrários à ação para a defesa de que o embrião já possui vida humana. Na ADPF 54, a defesa da vida como algo transcendental ficou ainda mais evidente: não obstante a evidência de incompatibilidade da anencefalia com a vida, do mesmo modo se alegava que, ainda que breve, a vida do feto anencéfalo deveria ser protegida, pois detém uma dignidade intrínseca decorrente da identidade genética humana (LUNA, 2013).

Do lado favorável ao direito ao aborto, após uma ampliação do enfoque do direito ao aborto como garantia da autonomia da mulheres para o direito ao aborto como forma de proteção da vida das mulheres, os atores favoráveis passaram a trazer para o centro do debate os impactos de saúde pública provocados pela clandestinidade, apresentando, por exemplo, taxas de morbimortalidade materna provocadas por abortos clandestinos e inseguros (MIGUEL; BIROLI; MARIANO, 2017). Na ADPF 54, um dos principais argumentos foram as consequências da proibição do aborto de feto anencéfalo para a saúde mental de mulheres que são forçadas a levar a termo a gestação para ao fim não terem outra opção que não a de enterrar seus filhos. Nesta ação, pela primeira vez a criminalização do aborto foi encarada como uma forma de tortura.

As evidências científicas foram consideradas em ambas as ações constitucionais – ADI 3.510 e ADPF 54 – para autorizar a pesquisa com células-tronco e a interrupção da gestação de

feto anencéfalo, permitindo afastar concepções religiosas e metafísicas acerca da proteção da vida em potencial. Por esse motivo, o objetivo do presente estudo, cujos resultados serão expostos a seguir, foi mapear argumentos e evidências apresentadas pelos *amici curiae* da ADPF 442, buscando compreender o atual debate sobre o aborto no Judiciário, no que se refere às disputas interpretativas em torno do direito à vida, considerando que tanto grupos favoráveis quanto grupos contrários têm mobilizado valores constitucionais e a linguagem científica para defender seus pontos de vista.

III.I. INÍCIO E PROTEÇÃO DA VIDA HUMANA

Em suma, os *amici curiae* favoráveis citam a descriminalização do aborto como uma forma de proteger a vida das mulheres. Os contrários, como forma de proteger a vida em potencial, a qual equiparam à pessoa humana.

São quatro os principais argumentos apresentados pelos *amici curiae* contrários abarcados por este eixo: o primeiro, defende que o direito à vida é protegido desde a concepção, estando presente em 77% (10) das petições; o segundo, que o aborto é matar alguém (77%, 10); o terceiro, que o direito à vida do feto deve prevalecer diante dos direitos da mulher (69%, 9); o quarto, que a ciência comprova que a vida existe desde a concepção, o quinto, que a falta de certeza sobre quando se inicia a vida humana justifica a criminalização (15%, 2).

O segundo argumento, referente ao aborto como matar alguém, embora pudesse ser abrangido pelo primeiro, foi isolado pela presente análise em razão do apelo emocional que carrega. Não obstante tenha-se optado pelo verbo “matar” para fins de padronização na coleta das categorias de argumentos dos *amici curiae*, há uma variação na linguagem: ora petições falam em “assassinato do feto”, ora em “homicídio”, ora em “infanticídio”, ainda que estas sejam condutas penalmente tipificadas como distintas do aborto (BRASIL, 1940).

As evidências utilizadas para amparar os argumentos contrários à procedência da ADPF 442 são constatações da biologia sobre o desenvolvimento da vida intrauterina. As fontes destas evidências são livros, organizações da sociedade civil, mídia e artigos de periódicos. Apesar de serem do campo das ciências da vida, elas são retiradas, em geral, de livros e artigos de periódicos jurídicos e filosóficos, quando não de *blogs* e sites pouco confiáveis (mídia).

A noção de evidência há de ser analisada com cautela em relação ao seu uso nos *amici curiae* contrários, que defendem que a vida em potencial é protegida de forma absoluta

equiparada à pessoa. Sendo constatações da biologia sobre o desenvolvimento da vida intrauterina, essas evidências não permitem indicar consenso científico acerca de quando a vida em potencial torna-se pessoa, mas tão somente descrevem as fases de desenvolvimento embrionário, inclusive porque não há consenso na ciência, na filosofia, na bioética e nem mesmo nas religiões sobre o marco inicial da vida humana (KALSING, 2002).

Em relação aos *amici curiae* favoráveis, os argumentos referentes a este eixo, quais seja, os que tratam da controvérsia acerca da proteção da vida em potencial, foram: a vida em potencial pode ser protegida de outras formas, que apareceu em 54% (19) petições, o direito à vida não é protegido desde a concepção (43%, 15), o verdadeiro motivo da criminalização não é a proteção da vida em potencial (14%, 5) e não há consenso sobre o início da vida humana (9%, 3). Nesse eixo, as principais fontes das evidências dos *amici curiae* favoráveis são livros, artigos de periódicos e publicações de organizações da sociedade civil.

De um modo geral, os *amici curiae* favoráveis não entram na discussão sobre quando se inicia a vida, com exceção do *amicus* da Defensoria Pública do Estado do Pará com o Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos e Ações Estratégicas – NDDH/UFGPA, que cita o voto-vista do ministro Luís Roberto Barroso no HC 124.306, em que o ministro defendeu que não há potencialidade de vida fora do útero materno até o 3^a mês de gestação, logo até esse momento o aborto deveria ser permitido, e o art. 3º da Lei de Transplante de Órgãos (Lei nº 9.434/1997), que autoriza a retirada de tecidos, órgãos ou partes do corpo para transplante após diagnóstico de morte encefálica, afirmando que “é coerente usar essa lei como paralelo para dispor que se a vida finda-se com término da atividade cerebral, ela se inicia com o começo da atividade cerebral” (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2016, 2017).

Os elementos normativos utilizados para amparar os argumentos dos *amici* favoráveis são dispositivos constitucionais que protegem os direitos fundamentais das mulheres, leis, como a Lei nº 9.434/1997, jurisprudência e tratados internacionais cujos órgãos de monitoramento e com competência para interpretá-los já entenderam que o direito à vida não é protegido de forma absoluta pelo direito internacional. Como elementos de consenso, são citadas recomendações internacionais que, com base em tratados de direitos humanos, criticam a situação dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres brasileiras.

Os *amici curiae* contrários citam como elementos normativos de suporte dispositivos constitucionais que protegem o direito à vida, jurisprudência, tratados internacionais e leis que tratam da proteção à maternidade, da criança e do status da vida em potencial para fins de

direitos. Como elementos de consenso ou confirmação, os *amici* contrários citam pareceres, opiniões da população ou de profissionais da área do direito ou da saúde e um *amicus* apresenta, ainda, imagem de ultrassom do feto.

Leis e políticas de planejamento familiar, como distribuição de contraceptivos e educação sexual, são utilizadas pelos *amici* favoráveis para amparar seu principal argumento deste eixo: a de que a vida em potencial pode ser protegida de outras formas. Assim sustenta, a título de exemplo, o *amicus curiae* do Comitê Latino-americano Contra o Aborto Inseguro (CLACAI) (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2017), para o qual

o problema da interrupção voluntária da gravidez deve ser enfrentado fora do Sistema Penal – de maneira mais eficaz e não danosa – sem que as mulheres tenham que correr os riscos do aborto inseguro, mediante políticas públicas de promoção da saúde das mulheres, especialmente no âmbito da saúde sexual e reprodutiva, pela i) efetividade de programas eficientes de planejamento familiar; ii) educação formal, bem como informal; iii) capacitação de profissionais para promover o acolhimento das mulheres; iv) manutenção de estruturas sanitárias preparadas para garantir os direitos à saúde física e psicológica; v) manutenção de sistemas de acolhimento e orientação; e ainda mediante políticas públicas que promovam a igualdade de gênero e o afastamento da ideologia patriarcal, pelo aumento do poder das mulheres na tomada de decisões sobre sua sexualidade e reprodução, na maternidade, na garantia de informação sobre a sexualidade e o uso dos meios de anticoncepção, bem como pelo acesso pleno aos meios anticoncepcionais.

É citada doutrina constitucional, referente ao teste de proporcionalidade, para enquadrar a criminalização do aborto como inadequada, desnecessária e desproporcional em sentido estrito, uma vez que não cumpriria com o seu objetivo declarado – proteção do bem jurídico vida em potencial –, haveria medidas mais eficazes para a proteção da vida em potencial, que não prejudicam os direitos das mulheres, como distribuição de métodos contraceptivos e educação sexual, e que a criminalização do aborto causa mais custos do que benefícios sociais (UNDURRAGA, 2016). Essa argumentação não trata, especificamente, sobre o marco inicial da vida humana, mas é importante analisá-la como indicativo de um esforço dos *amici curiae* favoráveis para dialogar com o pressuposto dos contrários de que a criminalização do aborto é sinônimo de proteção do direito à vida.

Para sustentar o argumento de que o verdadeiro motivo da criminalização não é a proteção da vida em potencial, os *amici* favoráveis citam evidências em ciências sociais de fatos históricos acerca do controle da sexualidade e reprodução de mulheres. O Católicas pelo Direito de Decidir afirma que a fecundação é escolhida como marco inicial da vida por religiosos fundamentalistas justamente porque qualquer marco posterior permitiria que a mulher pudesse tomar a decisão livre de interromper a gestação, o que, segundo a organização, colocaria em jogo

dogmas religiosos de subordinação das mulheres aos papéis de mães e esposas (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2017).

Há uma grande quantidade de elementos normativos como elementos de suporte aos argumentos favoráveis à ADPF 442 neste eixo. A partir de uma leitura geral das petições, percebeu-se que os *amici* favoráveis partem do pressuposto de que o debate sobre o marco inicial da vida é um debate moral, uma vez que não há consenso na ciência sobre o marco inicial da vida humana, ou que a vida em potencial deve ser protegida de forma gradual, sob pena de, desproporcionalmente, equipará-la à vida da pessoa nascida em prejuízo dos direitos fundamentais desta:

A expectativa de vida do embrião ou feto tampouco pode servir de limitação ao exercício da autonomia. Caso a gestação seja obrigatória, haverá na prática a subordinação da mulher ao embrião ou feto, o que seria incoerente e inconstitucional, reduzindo a mulher ao papel instrumental de incubadora. (*Amicus Curiae* do NUDEM - Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher com a Clínica de Litigância Estratégica em Direitos Humanos na FGV Direito SP)

No que se refere aos elementos normativos citados como suporte aos argumentos contrários, as normas mais frequentes são o Artigo 5º da Constituição, o Artigo 2º do Código Civil, a ADPF 54, a ADI 3.510, o HC 124.306 e o Pacto de São José da Costa Rica. Alguns citam leis específicas, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Lei de Alimentos Gravídicos, para, respectivamente, equiparar a vida intrauterina à vida de uma criança e defender que a proteção gradual conferida pela legislação infraconstitucional ao feto é o mesmo que reconhecê-lo como uma pessoa humana.

O *amicus curiae* da União dos Juristas Católicos de São Paulo, ao mencionar frase do acórdão da ADI 3.510 em que o STF afirma que a simples potencialidade de algo se tornar pessoa justifica a sua proteção, parece ignorar a ressalva do tribunal de que essa proteção não é absoluta, mas proporcional à etapa do desenvolvimento biológico, pois “o embrião é o embrião, o feto é o feto e a pessoa humana é a pessoa humana” (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2008). Segundo a UJUCASP,

A Ação Declaratória de Inconstitucionalidade n. 3.510 reafirmou, antes do julgamento da referida ADPF n. 54, que o sistema constitucional brasileiro procura proteger a vida porque a simples potencialidade de algo se tornar pessoa humana já é meritória o bastante para acobertá-la, infraconstitucionalmente, contra tentativas levianas ou frívolas de obstar a sua natural continuidade fisiológica. (*Amicus Curiae* da União dos Juristas Católicos de São Paulo)

Em relação ao Pacto de São José da Costa Rica, o *amicus curiae* do Instituto de Defesa da Vida e da Família (IDVF) é representativo da desconsideração que se faz da cláusula “em

geral” do Artigo 4.1. do tratado, bem como da interpretação do dispositivo feita pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH):

PACTO DE SAN JOSE DA COSTA RICA ARTIGO 4º - Direito à vida Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente.

A discussão sobre o início da vida foi dissipada com a assinatura da Convenção. A proteção à vida deve acontecer desde o momento da concepção. (*Amicus Curiae* do Instituto de Defesa da Vida e da Família)

Os *amici* favoráveis citam, como elementos normativos, também o Pacto de São José da Costa Rica, a ADPF 54 e a ADI 3.510, para, no entanto, defender que o direito à vida não é protegido desde a concepção. A diferença é que tais elementos são citados de forma contextualizada. Em relação ao Pacto de São José da Costa Rica, os *amici* favoráveis dão destaque à cláusula “em geral” do artigo 4.1. da Convenção¹⁵ para defender que há exceções à proteção da vida em potencial, bem como a jurisprudência da CIDH, órgão autorizado a interpretar o tratado¹⁶. O *amicus curiae* do Instituto Terra Trabalho e Cidadania com a Conectas ressalta que o Brasil reconheceu a competência contenciosa da CIDH em 1998 (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2017).

O *amicus* do CLACAI cita entendimento da Corte Interamericana de Direitos Humanos, manifestado nos casos Baby Boy vs. EUA e Artavia Murillo e Outros (“Fecundação in vitro”) vs. Costa Rica, de que o Artigo 4.1. da Convenção, ao estabelecer a cláusula “em geral”, deixa claro que a proteção da vida em potencial não é absoluta, mas gradual e compatível com o grau de desenvolvimento do embrião, que não pode ser confundido com pessoa para negar os direitos fundamentais das mulheres. Esse entendimento decorre de uma interpretação sistemática, que considera, além da redação do dispositivo, os demais tratados de direitos humanos e os trabalhos preparatórios da Convenção, em que foi rechaçada a inclusão da proteção absoluta e incondicional da vida em potencial (CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2012). O *amicus* cita precedentes das Cortes Constitucionais Colombiana e Mexicana que, do mesmo modo, reconheceram o caráter não absoluto do direito à vida (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2017).

¹⁵ Artigo 4º - Direito à vida: “1. Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida. Esse direito deve ser protegido pela lei e, em geral, desde o momento da concepção. Ninguém pode ser privado da vida arbitrariamente.”

¹⁶ Ver Caso Artavia Murillo e outros (“Fecundação in vitro”) (CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS, 2012).

Além disso, para afastar o argumento contrário de que, supostamente, a Convenção sobre os Direitos das Crianças (CDC) protege a vida desde a concepção, o CLACAI cita a redação do artigo 1º da referida Convenção, em que “considera-se como criança todo ser humano com menos de dezoito anos de idade, a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes”, reforçando que não há qualquer disposição que equipare o “nasciturus” à criança (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2017).

Do mesmo modo, a ADPF 54 e a ADI 3.510 são citadas pelos *amici curiae* favoráveis de forma consistente com o inteiro teor de seus respectivos acórdãos, nos quais constam o reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e da gradualidade na proteção do direito à vida. É o caso da Sociedade Brasileira de Genética Médica, do CLACAI e do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2017).

O *amici* da SBGM cita trecho do acórdão da ADPF 54 em que o ministro Marco Aurélio afirma que é desproporcional obrigar uma mulher a manter uma gestação como se fosse mera incubadora em detrimento de seus direitos fundamentais, incluindo seus direitos sexuais e reprodutivos. O CLACAI e o CFEMEA, por sua vez, citam trechos da decisão do STF na ADI 3.510, em que o Tribunal deixa claro que a Constituição não dispõe sobre o momento em que a vida humana começa e que, quando fala de “direitos da pessoa humana” ou “direitos e garantias fundamentais”, está se referindo ao indivíduo-pessoa. Para o Tribunal, segundo os trechos citados, a mera potencialidade de vida não atribui à vida em potencial proteção absoluta, mas sim proporcional a sua etapa de desenvolvimento biológico, pois vida humana é diferente de pessoa humana, sendo o pleno gozo de direitos condicionado ao nascimento com vida (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2008).

Em relação ao HC 124.306, os *amici* favoráveis ressaltam que o ministro Luís Roberto Barroso reconheceu que a vida pode ser protegida por medidas mais eficazes e menos lesivas às mulheres, como “educação sexual, distribuição de contraceptivos e amparo à mulher que deseja ter o filho, mas se encontra em condições adversas” (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2016b).

Os *amici curiae* favoráveis, ainda citando elementos normativos, fazem um esforço argumentativo para defender que, se a legislação não obriga pessoas a doarem órgãos ou tecidos do corpo, nem mesmo após a morte¹⁷, ainda que a doação seja a única forma de salvar a vida

¹⁷ Ver Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997 (BRASIL, 1997).

de uma pessoa, é incoerente obrigar uma mulher a levar adiante uma gestação quando o custo é o seu próprio corpo.

Nos *amici* contrários, os elementos de consenso ou confirmação (pareceres, opiniões e imagens) são utilizados para reforçar o argumento de que há vida desde a concepção, tanto que – conforme os *amici* – especialistas assim afirmam, a população reconhece o aborto com um crime contra a vida¹⁸ e as imagens da medicina fetal supostamente deixam claro que o feto é uma pessoa.

Imagens de ultrassom são anexadas pelo IDVF. Quanto a esse recurso visual, importantes são as considerações de Naara Luna (2009). A autora narra que as técnicas de ultrassonografia, que começaram a ser aplicadas na segunda metade do século XX, foram sendo apropriadas para autonomizar o feto como paciente. Em vez de serem vistas em seu objetivo técnico, qual seja, o diagnóstico clínico do feto, a tecnologia visual da ultrassonografia fez com que as definições religiosas, que acreditam que o feto possui uma alma que o caracteriza como pessoa, fossem substituídas por definições biológicas que o constroem como um agente individual separado do corpo da mulher. Em referência a Morgan (2003), Luna afirma que as imagens, por si só, não trazem dilemas. O que traz dilemas são os contextos em que elas são visualizadas, cujas controvérsias fornecem as lentes através das quais a imagem será interpretada (LUNA, 2009).

Os *amici curiae* favoráveis, para confirmar o argumento de que a descriminalização do aborto é consistente com o direito internacional, citam documentos da Organização das Nações Unidas, tais como comentários gerais e relatórios emanados por órgãos que monitoram tratados como a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, a CDC e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, nos quais constam recomendações de que o Brasil revise a sua legislação restritiva de aborto como forma de eliminar a discriminação de mulheres e meninas no acesso aos direitos sexuais e reprodutivos, de modo a garantir seu direito à vida, à saúde integral e à cidadania:

¹⁸ Alguns *amici* favoráveis, como o da Católicas pelo Direito de Decidir, citam uma pesquisa de opinião que faz uma pergunta diferente à população: se é contra ou a favor de que mulheres sejam presas por aborto. Na pesquisa, constatou-se que a maioria da população discorda que mulheres sejam presas por aborto (CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR; IBOPE INTELIGÊNCIA, 2015). Segundo o *amicus curiae* da Associação Brasileira da Antropologia, mulheres podem se posicionar contra o aborto como algo moralmente condenável, mas podem acreditar que em determinadas circunstâncias é um procedimento necessário.

[...] o Comitê CEDAW recomendou ao governo brasileiro que “continue com os esforços para melhorar o acesso das mulheres aos serviços de saúde sexual e reprodutiva” e que “apresse a revisão da legislação que criminaliza o aborto, visando a remoção das provisões punitivas impostas às mulheres que realizam a interrupção da gravidez, de acordo com a Recomendação Geral 24 sobre saúde das mulheres e com a Declaração e a Plataforma de Ação de Pequim”. (*Amicus Curiae* da Rede Feminista de Saúde)

[...] o Comitê dos Direitos da Criança, que monitora a implementação da Convenção sobre os Direitos da Criança, emitiu um Projeto de Comentário Geral (nº 20) sobre os direitos dos adolescentes, que insta os Estados a “descriminalizar o aborto, assegurar que as mulheres tenham acesso ao aborto seguro, rever a legislação com vista a garantir o melhor interesse das adolescentes grávidas e garantir que suas opiniões sejam sempre ouvidas e respeitadas nas decisões sobre o aborto”. (*Amicus Curiae* da Human Rights Watch)

Os *amici* que apresentam o argumento de que a falta de certeza sobre quando se inicia a vida humana justifica a criminalização, embora reconheçam que não haja consenso científico a respeito do marco inicial da vida humana, entendem que esta incerteza deve se dar em benefício do feto. A desconsideração dos direitos das mulheres fica ainda mais evidente naqueles *amici* em que se nota um menosprezo pelas supostamente baixas taxas de morbimortalidade materna: alega-se a criminalização se justifica para a proteção da vida em potencial uma vez que não seriam tantas as mulheres que morrem por aborto. Novamente, não são feitas considerações acerca da possibilidade de subnotificação dos dados.

Portanto, enquanto os *amici* contrários à ADPF 442 utilizam constatações biológicas sobre o desenvolvimento da vida intrauterina para defender que a vida deve ser protegida de maneira absoluta desde a concepção, os *amici* favoráveis, em geral, afirmam que não há um consenso na ciência sobre quando a vida se inicia, sendo este um debate moral, e não científico. *Amici* favoráveis a ADPF 442 demonstram que não há consenso nem mesmo entre as religiões sobre como tratar a questão do aborto. Dois *amici* favoráveis entram no mérito dessa discussão sobre o início da vida, utilizando com elemento de suporte a Lei de Transplante de Órgãos, que definiria que o momento da morte se dá com o diagnóstico de morte encefálica, para defender que a vida se inicia com o começo da atividade cerebral.

Os *amici curiae* contrários tentam argumentar que tratados internacionais e o STF reconhecem que a vida deve ser protegida desde a concepção, citando, no entanto, trechos descontextualizados da ADPF 54 e da ADI 3.510, bem como desconsiderando interpretações feitas por órgãos que monitoram e interpretam os tratados internacionais. Os *amici* favoráveis, ao citarem esses julgados e tratados de forma consistente com seu inteiro teor e interpretações oficiais, demonstram, que, na verdade, nenhum deles afirma que o direito à vida deve ser protegido de forma absoluta desde a concepção e que órgãos que monitoram e interpretam a

CEDAW, a CDC e a CADH, entre outros tratados, já recomendaram que o Brasil reforme suas leis que criminalizam o aborto, visando eliminar mortes evitáveis de mulheres e meninas que diariamente recorrem a procedimentos ilegais e inseguros.

III.II. MORBIMORTALIDADE MATERNA POR ABORTO

Neste eixo, os principais argumentos contrários são: os danos sofridos pelas mulheres não justificam a criminalização, que aparece em 54% (7), das petições; o aborto é um procedimento perigoso (38%, 5); a descriminalização aumentará as taxas de mortalidade materna (23%, 3); as taxas de morte materna não são causadas pela criminalização do aborto (23%, 3); a legislação atual já protege as mulheres (8%, 1); e poucas mulheres morrem por aborto (8%, 1).

O principal argumento favorável à ADPF 442 é a de que a criminalização do aborto prejudica a vida das mulheres, presente em 69% (24) das petições. Em seguida, estão os argumentos de que a criminalização prejudica principalmente as mulheres mais vulneráveis, presente em 51% (18) das petições; de que o aborto é um procedimento seguro (23%, 8); de que a taxa de morte de mulheres reduzirá com a descriminalização (17%, 6); de que a criminalização faz com que as taxas de morte materna sejam subnotificadas (14%, 5); e a de que a lei atual não protege a vida das mulheres (11%, 4).

Os *amici* contrários utilizam como evidências dados oficiais do governo brasileiro (como os do DATASUS) e de organizações internacionais a respeito do número de mulheres que morrem por aborto para defender que poucas mulheres morrem por aborto no Brasil, sem fazer considerações sobre a possibilidade de subnotificação decorrente da criminalização. O *amicus curiae* do Centro Acadêmico XI de Agosto, com o Departamento Jurídico XI de Agosto, o Coletivo Feminista Dandara, o Escritório USP Mulheres e o Núcleo de Prática Jurídica em Direitos Humanos, questiona esses dados, ressaltando, precisamente, a subcontabilização (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2017):

Devido ao alto número de abortos realizados clandestinamente, à criminalização do procedimento e ao estigma ligado à prática, a produção dos dados oficiais não condiz com a realidade. A consequência desses desvios é a subcontabilização desses dados, que não permite extrair corretamente o cenário da prática do aborto no país, bem como a eficácia da criminalização com vistas ao objetivo ao qual ela se propõe. (*Amicus Curiae* do Centro Acadêmico XI de Agosto, com o Departamento Jurídico XI de Agosto, o Coletivo Feminista Dandara, o Escritório USP Mulheres e o Núcleo de Prática Jurídica em Direitos Humanos)

Ainda, os *amici* favoráveis citam, como elementos de consenso ou confirmação, histórias de mulheres que se submetem a procedimentos inseguros e morreram, como Jandira

Magdalena dos Santos Cruz, Elisângela Barbosa e Caroline Carneiro. É o caso do *amicus* do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania com a Conectas – Direitos Humanos (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2017):

Jandira Magdalena dos Santos Cruz, 27 anos. Procurou uma clínica onde realizou procedimentos abortivos e morreu após passar pela cirurgia, no Rio de Janeiro, em 2014.

Elisângela Barbosa, 32 anos. Morreu após se submeter a um aborto em Niterói, na Região Metropolitana do Rio, em 2014.

Caroline Carneiro, 28 anos, mãe de uma menina de 10 anos. Fez um aborto realizado numa clínica clandestina, do Rio de Janeiro. Faleceu devido a uma hemorragia interna em consequência de complicação da cirurgia. (*Amicus Curiae* do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania com a Conectas – Direitos Humanos)

Três dos cinco *amici* contrários que apresentam o argumento de que o aborto é um procedimento perigoso não trazem evidências dos danos que supostamente o aborto em si, legal ou não, causa para as mulheres, apenas citando a hipótese abstratamente. Os dois outros *amici* retiram evidências de livro e artigos de periódicos. Para defender que o aborto em si é um procedimento perigoso, a Associação Nacional da Cidadania Pela Vida (ADIRA) cita diversos estudos longitudinais que associam o aborto a repercussões negativas sobre a saúde mental das mulheres que causam risco de vida, como adoção de comportamentos de risco e suicídio, supostamente relacionados ao aborto (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2017). No entanto, estudos como esses já foram refutados pela literatura de saúde, que identifica neles diversos limites metodológicos, como pouco tempo de seguimento dos grupos, perdas importantes de acompanhamento e falta de informação sobre não-participantes (MENEZES; AQUINO, 2009)¹⁹.

O argumento dos *amici curiae* contrários de que a legislação atual já protege as mulheres afirma que as hipóteses de aborto legal atualmente previstas são suficientes para a proteção de sua vida e saúde, sem fazer considerações ou citar evidências a respeito da efetividade dessas hipóteses. Demonstrando que não, a legislação atual não protege a vida das mulheres, os *amici* favoráveis apresentam estudos que tratam da existência de barreiras para que as mulheres tenham acesso ao aborto nas hipóteses em que já é autorizado, como exigência ilegal de boletim de ocorrência, questionamentos dos profissionais, julgamentos, culpabilização, entre outros, defendendo que isso ocorre em razão do estigma da criminalização (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2017). A Associação Brasileira de Antropologia cita estudos sobre os obstáculos

¹⁹ Segundo o relatório "Mental Health and Abortion", da American Psychological Association (2019), os estudos metodologicamente mais fortes, se preocupam com sentimentos de estigma, com a imposição de sigilo e com o baixo apoio recebido pela mulher na tomada da decisão de interromper a gestação.

para o acesso ao aborto legal, dentre os quais está o preconceito contra a mulher que é vítima de estupro, a qual, com medo de ser julgada, muitas vezes não procura os serviços de saúde e sequer conta do ocorrido a seus familiares, e a negligência e maus-tratos sofridos pelas mulheres por parte de profissionais de saúde, os quais atuam sob o estigma e a ameaça da criminalização (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2017).

Os *amici* favoráveis baseiam-se não apenas em dados oficiais do governo brasileiro e de organizações internacionais, como também em estudos em ciências da vida e sociais que permitem identificar, com recorte de classe, raça e etnia – a magnitude e complicações do aborto com maior precisão – como a PNA²⁰ (DINIZ; MEDEIROS; MADEIRO, 2017) – e apresentam indícios de que o aborto, por ser criminalizado, é subnotificado, pois, com medo, mulheres não contam aos médicos que fizeram um aborto ou estes não registram no prontuário (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2017).

Para sustentar o argumento de que a taxa de morbimortalidade materna poderá reduzir com a descriminalização, os *amici* favoráveis apresentam evidências de redução no número de abortos e de morbimortalidade materna causada pela clandestinidade em outros países, como Portugal, França, Uruguai e África do Sul, e localidades como a Cidade do México. O *amicus* do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania com a Conectas – Direitos Humanos reforça a importância de que o procedimento seja fornecido de maneira gratuita no sistema público de saúde, a fim de garantir que mulheres de baixa renda tenham acesso ao procedimento legal e seguro e não corram risco de vida por não poderem pagar pelo procedimento (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2017).

O argumento favorável de que o aborto é um procedimento seguro é amparado por artigos de periódicos e estudos da OMS que atestam a segurança do procedimento feito em condições adequadas por profissionais habilitados, como o guia “Abortamento seguro: Orientação técnica e de políticas para sistemas de saúde”, citado por *amici* como o da Febrasgo e da SBGM, que apresenta práticas baseadas em evidências que permitem a realização de um aborto seguro. O guia parte do pressuposto de que mulheres que recorrem ao procedimento, principalmente aquelas mais vulneráveis e que vivem em países com leis restritivas de aborto, sujeitam-

²⁰ A Pesquisa Nacional do Aborto utiliza a técnica de urna e recebeu o prêmio Fred L. Soper à Excelência em Literatura sobre Saúde Pública, da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). Até o momento de seus primeiros dados, só existiam pesquisas baseadas em técnicas indiretas de estimativa.

se a riscos físicos e psíquicos completamente evitáveis em contextos nos quais o aborto é legal. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2013).

O *amicus* da Associação Brasileira de Antropologia sustenta que o que torna o aborto perigoso é a criminalização. Citando estudos do campo das ciências sociais sobre os itinerários abortivos percorridos pelas mulheres, a associação afirma que a clandestinidade resulta em um “mercado paralelo”, em que circulam medicamentos adulterados, os quais podem causar danos para a saúde e vida das mulheres, que estão sujeitas, ainda, a ameaças e assédio por parte de mediadores que fornecem os medicamentos clandestinamente. Segundo pesquisas citadas pela ABA, medicamentos adulterados, em dosagens inadequadas ou misturados a outras substâncias, podem causar abortos incompletos ou outros danos de saúde para as mulheres, as quais sofrerão com curetagens clandestinas mal conduzidas ou com maus tratos em instituições hospitalares, como violência verbal, demora no atendimento e omissão de analgesias por parte de profissionais que desconfiam da realização clandestina do procedimento (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2017).

Estudos de saúde e ciências sociais citados pelos *amici curiae* favoráveis amparam o argumento de que as mulheres mais afetadas pela criminalização são mulheres negras, pobres e indígenas, as quais submetem-se com maior frequência a abortos inseguros, uma vez que o procedimento não é ofertado de forma legal e segura pelo SUS e elas não possuem condições financeiras para pagar por um procedimento menos inseguro em clínicas clandestinas. *Amici* como a Católica pelo Direito de Decidir e a Criola situam a criminalização do aborto no histórico de racismo institucional do Estado por meio de políticas de controle da sexualidade e da reprodução de mulheres negras, como a esterilização forçada, visando o embranquecimento da população, e estupros perpetrados contra mulheres negras durante a escravidão. Nesse contexto, a mulher negra é destituída de autonomia para decidir se e quando ter filhos, tornando-se um objeto de políticas racistas do Estado que ora resolvem privá-la ora resolvem forçá-la à reprodução. (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2017)

O IDVF afirma que mulheres pobres e negras morrem não por aborto clandestino, “mas, sim, por falta de o Estado proporcionar saúde pública digna para todos”, mas não apresenta evidências para sustentar seu argumento, amparando-se por alegações abstratas acerca da má-qualidade da saúde brasileira (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2017).

Tal argumentos é contraposto pelos dados apresentados pelo *amicus curiae* da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, extraídos de pesquisa da instituição sobre o perfil

das mulheres processas por aborto no estado. A pesquisa constatou que as mulheres mais criminalizadas por aborto são negras e pobres, que, não podendo pagar por procedimentos menos inseguros em clínicas clandestinas, foram as que mais fizeram o uso de métodos perigosos para a realização do aborto, sozinhas ou com a ajuda de amigas ou familiares. O *amicus* defende que, se o aborto fosse fornecido de maneira legal, gratuita e segura, essas mulheres não teriam de sofrer com os riscos decorrentes da clandestinidade (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2018).

Por fim, o argumento dos *amici curiae* contrários de que poucas mulheres morrem por aborto é sustentado por dados oficiais de órgãos do governo brasileiro, retirados, em geral, do DataSUS, e dados da OMS de mortalidade materna por aborto, mas nem sempre é indicada a fonte direta dos dados, tampouco levantada a hipótese de que a criminalização cause subnotificação desses dados (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2017).

São citadas pelos *amici* favoráveis, como elementos de consenso ou confirmação, recomendações internacionais feitas ao Brasil para a redução da morbimortalidade materna, pelas quais perpassa a descriminalização do aborto (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2017).

A partir da análise, contata-se que os *amici curiae* contrários veiculam, em desacordo com o conhecimento médico disponível, que o aborto é um procedimento inseguro para a saúde e vida das mulheres, mesmo e sobretudo se descriminalizado. Os *amici curiae* favoráveis trazem evidências consistentes de que o aborto é um procedimento seguro de saúde para as mulheres, sendo sua atual insegurança atribuída à criminalização que impede sua oferta legal e segura nos serviços de saúde, levando mulheres a recorrerem a procedimento clandestinos.

Enquanto os *amici curiae* defendem que a descriminalização do aborto pode aumentar as taxas de mortalidade materna, eis que pressupõem que o aborto é um procedimento inseguro por si só, os *amici curiae* favoráveis apresentam evidências de países em que se observou uma redução nas taxas de morbimortalidade materna após a descriminalização, que permite a realização do aborto em condições de segurança e por profissionais habilitados.

Os *amici curiae* contrários tentam argumentar que são poucas as mulheres que morrem por aborto, mas não consideram a possibilidade de subnotificação nos dados oficiais causadas pela proibição do aborto. Os *amici curiae* contrários, além de trazerem estudos que demonstram que as taxas de aborto são altas, trazem evidências de que o aborto é subnotificado, como

estudos com mulheres que passaram por um aborto e não contaram ou não contariam aos médicos que abortaram.

Citando a legislação penal, os *amici curiae* contrários defendem que as hipóteses atuais em que o aborto já é permitido são suficientes e proporcionais para proteger a vida das mulheres. No entanto, esse argumento acaba por não se sustentar diante das evidências dos *amici* contrários de que, devido ao estigma da criminalização, mulheres e meninas não conseguem ou têm dificuldades para ter acesso ao aborto legal.

III.III. LAICIDADE DO ESTADO

O argumento de que a descriminalização do aborto desrespeitaria o valor religioso da vida aparece em 15% (2) dos *amici curiae* contrários. Ele resume-se à alegação de que, uma vez que a maior parte da população brasileira é cristã, as opiniões religiosas sobre o aborto devem ser consideradas. Este argumento, controversamente, é vinculado por esses *amici* ao princípio constitucional da laicidade, o qual impõe a neutralidade do Estado diante das religiões. É o caso da Associação Nacional dos Juristas Evangélicos (ANAJURE), que, ao elencar opiniões de diversas organizações e doutrinas religiosas contrárias ao aborto como forma de proteção da vida, afirma que a descriminalização do aborto geraria “ofensa direta à liberdade religiosa, baluarte de nosso sistema de laicidade” (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2017). Em um Estado laico, esse posicionamento é irrazoável, uma vez que o princípio da laicidade impede que normas emanadas pelo Estado se pautem por valores religiosos, na medida em que laicidade é sinônimo de neutralidade diante da multiplicidade de religiões (VALENTE, 2018).

Nos *amici curiae* favoráveis, o argumento de que a criminalização do aborto viola o princípio da laicidade aparece em 31% (11) dos *amici*. São utilizadas para ampará-lo doutrina, jurisprudência e constituição, bem como artigos que tratam da laicidade e das rupturas em relação ao tratamento da questão do aborto dentro da religião. O argumento de que não há consenso sobre o início da vida humana também está relacionado a este eixo no que se refere à ausência de consenso religioso sobre o início da vida humana.

A Católica pelo Direito de Decidir concorda com os *amici* contrários no sentido de que um Estado laico não é um Estado ateu, mas deixa claro que essa premissa não significa que o Estado possa adotar um ou outro valor religioso: sua função é, apenas, garantir o direito à liberdade de crença e de consciência, adotando uma postura de neutralidade diante da diversidade

de crenças. A organização define como “pseudo-religiosos” os argumentos que defendem a manutenção da criminalização com base na proteção do direito à vida do feto, pois estes ignorariam o sofrimento vivenciado por mulheres que recorrem a procedimentos clandestinos e inseguros. A organização caracteriza como fundamentalista²¹ o posicionamento religioso que defende a proteção do direito à vida do feto em detrimento de qualquer outro direito, pois não há consenso entre as religiões sobre o tema (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2017).

Assim, os *amici* contrários aparentam querer causar uma confusão em torno do conceito de laicidade através da equivocada ideia de que a laicidade do Estado autorizaria impor a toda a sociedade um suposto consenso entre as religiões a respeito de como tratar o aborto, quando, na verdade, o princípio da laicidade veda que o Estado paute sua atuação por valores morais e religiosos, entendendo que a sociedade é plural e todos devem ser respeitados em suas crenças morais.

III.IV. ABORTO E EUGENIA

38% (5) dos *amici curiae* contrários, como a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Família e Apoio à Vida e a União dos Juristas Católicos de São Paulo (UJUCASP), defendem que a descriminalização do aborto é uma forma de eugenia, afirmando que seria um incentivo para a seleção da vida humana com base em características hereditárias ou na inferioridade da vida em potencial (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2017).

Nessa narrativa, fatos históricos – extraídos de livros, artigos de periódicos e doutrina, ou apenas citados breve e abstratamente sem referências – acerca da interrupção eugênica da gestação da medicina nazista são mobilizadas contra a descriminalização do aborto, muito embora na ideologia nazista a interrupção da gestação seja instituída pelo Estado como obrigatória

²¹De acordo com Rosana Coelho e Marco Antônio Jorge (2018), o fundamentalismo religioso é um fenômeno da modernidade que evoca um discurso de aniquilação da diferença e medo do outro em nome da paz eterna. A partir do século XX, acreditando que os avanços científicos e expansão do secularismo – que desloca a religião do espaço público para o espaço privado – ameaçavam o poder da religião, fundamentalistas começaram a se rebelar em prol do resgate de doutrinas, práticas e formas de socialização do passado para preservar uma identidade religiosa homogênea. A partir da teoria de Freud sobre as religiões, Coelho e Jorge explicam que o fundamentalismo religioso é pautado pela crença de que há um único Deus que detém todo o saber. Na dúvida, recorre-se ao Mestre: o outro é objeto de saber do Mestre. Zeferino Rocha (2014) explica que o fundamentalismo religioso – enquanto o estabelecimento da concepção de que apenas os fundamentalistas estariam em contato com a verdadeira vontade divina – está relacionado ao fracasso do Projeto Cultural de Modernidade, que foi incapaz de trazer substitutos para noções religiosas. A aniquilação da diferença e do diálogo seria a única forma de preservar a verdade única, pois “ser-dizer” ameaça a verdade, enquanto o “desdizer” a preserva. Essa concepção é incompatível com qualquer possibilidade de divergência entre cânones religiosos ou questionamentos à crença tradicional ultraconservadora de controle do sexo feminino.

– e não voluntária, como requer a ADPF 442 – para mulheres das populações consideradas indesejáveis, como judia, negra e cigana (DINIZ, 1998). Trata-se de um argumento que foi trazida também na ADPF 54 pelos grupos contrários à procedência da ação, ainda que diante da constatação de que, sendo a anencefalia uma malformação incompatível com a vida, não haveria como a gravidez resultar na existência de uma pessoa com deficiência na sociedade.

Como afirma Debora Diniz, não há como a decisão de cada mulher, que é um “exercício íntimo de ética privada”, ser comparada às políticas eugênicas, que não definem o aborto como um direito, mas como um dever compulsório imposto pelo Estado para exterminar futuras pessoas tidas como indesejáveis. A proteção do direito das pessoas com deficiência, segundo a antropóloga, não se dá pela criminalização de uma decisão íntima e sim através de políticas sérias de inclusão social de adultos e crianças com singularidades (DINIZ, [S.d.]).

O *amici curiae* da organização Criola, baseado em evidências das ciências sociais, traz uma outra perspectiva, que localiza a criminalização do aborto no histórico de controle da sexualidade e da reprodução de mulheres negras nas sociedades racistas e patriarcais. De acordo com os estudos citados, o pensamento eugenista surge como verdadeiramente é: não como liberdade para que mulheres decidam por razões íntimas, mas como controle absoluto dos corpos de mulheres negras como meios para atingir fins racistas e eugênicos. A organização narra que, no Brasil escravista, a capacidade reprodutiva das mulheres negras era manipulada pelos senhores de engenho, que vendiam seus filhos como se fossem *commodities*, privando-as da maternidade, ou as violentavam sexualmente, obrigando-as a procriar, também para a venda das crianças. De acordo com o *amicus*, no pós-escravidão, a sociedade eugenista consolidou-se e, visando a eliminação da população negra, foram adotadas medidas de esterilização forçada, cirurgias, hormônios, pressão social e coerção para que as mulheres não se reproduzissem, bem como importados brancos de diversas partes do mundo para o embranquecimento da população. Nesse contexto, a criminalização do aborto seria mais uma forma de controle estatal dos corpos das mulheres negras (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2017).

Amici curiae contrários, como o da ABA, trazem uma argumentação que contrasta com a supracitada, sustentando que, i) além de a ADPF 442 não pretender que o Estado obrigue mulheres a realizarem abortos, como o fez a medicina nazista, mas sim que garanta que possam escolher, ii) as mulheres abortam por razões diversas, como falhas de métodos contraceptivos e falta de condições socioeconômicas, não havendo uma razão única que se cogite estar associada a características hereditárias. Embora essa argumentação não trate, especificamente, do

direito à vida – foco do presente trabalho – é importante trazê-la como contraposição ao argumento contrário que equipara a interrupção voluntária da gestação a políticas eugênicas (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2017).

Em suma, os *amici* contrários se apropriam de contextos históricos em que o Estado adotou políticas eugênicas para eliminar as populações consideradas indesejáveis afirmando que o mesmo ocorreria se o aborto fosse descriminalizado. Os *amici* favoráveis trazem pelo menos dois argumentos que contrapõem essa argumentação: a primeira, diz respeito às políticas eugênicas consistirem no controle do Estado sobre corpos de indivíduos considerados indesejáveis, os quais são privados do direito à autonomia e à liberdade; a segunda, diz respeito ao fato de que não há uma única motivação para que mulheres façam abortos, mas uma diversidade de circunstâncias dentre as quais podem estar a falha de métodos contraceptivos e falta de condições socioeconômicas. Meninas e mulheres podem entender que a interrupção da gestação é necessária para que consigam concretizar seus projetos de vida; por esse motivo, a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, de 1995, reconhece que a capacidade de controlar a própria sexualidade e reprodução é fundamental para que elas exerçam seus direitos civis, econômicos, sociais e políticos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1995).

CONCLUSÃO

A análise dos pedidos de ingresso como *amicus curiae* na ADPF 442, apresentados ao STF entre março de 2017 e novembro de 2019, permitiu identificar os mesmos focos argumentativos que estiveram presentes no Legislativo e na ADI 3.510 e ADPF 54. Enquanto atores contrários à descriminalização do aborto insistem na defesa de que o direito à vida deve ser protegido desde a concepção, partindo do pressuposto de que o feto seria pessoa, os atores favoráveis à descriminalização procuram demonstrar que a criminalização impacta sobre a saúde e vida das mulheres.

Nota-se um aprofundamento da adoção, pelos *amici* contrários, de uma linguagem com aparência de laica e científica. Em geral, ainda que se trate de uma organização com vinculações religiosas, os *amici* mencionam que estão falando não em nome da religião, mas do direito, que protegeria o direito à vida de forma absoluta desde a concepção, e da ciência, que comprovaria que há vida digna de proteção absoluta desde a concepção. Os argumentos apresentados deixam clara a presença do valor religioso da vida como algo que está além dos processos biológicos: para eles, não há diferença entre a vida em potencial e a vida da pessoa humana, de modo que se justificariam restrições desproporcionais sobre direitos fundamentais das mulheres em nome da proteção do feto.

A maioria dos argumentos apresentados pelos *amici* contrários está relacionada à proteção absoluta do direito à vida desde a concepção. Descrições científicas sobre o desenvolvimento da vida intrauterina são manipuladas pelas organizações para a defesa de que a ciência comprova que existe vida digna de proteção total desde a concepção. Em geral, essas descrições são retiradas não de livros ou artigos do campo da biologia, mas de mídia e de artigos e doutrina jurídica. Além disso, há *amici* que tentam fazer crer, citando pronunciamentos de instituições religiosas (pareceres e opiniões), que há um consenso religioso acerca do marco inicial da vida humana. Em contraposição, os *amici* favoráveis trazem evidências que demonstram a falta de consenso, tanto na ciência como na religião, a respeito de quando a vida humana se inicia, apesar de não ser este o foco das organizações favoráveis à ação.

Provavelmente como uma reação à tese da ação sobre os impactos da criminalização para a vida das mulheres, os atores contrários apresentam argumentos no intuito de colocar em dúvida o argumento favorável de que a criminalização causa a morte de milhares de mulheres. Para tanto, apresentam dados oficiais, desconsiderando que a criminalização pode causar a subnotificação do número de abortos. Ademais, enquanto os *amici* favoráveis trazem evidências

de que o aborto pode ser realizado de maneira segura, os *amici* contrários, embora cite dados de organização – a OMS – que defende, com base em evidências, que o aborto é um procedimento seguro, alegam que o procedimento é, em si, perigoso, sem maiores considerações. Há *amici* contrários que chegam a considerar o impacto da criminalização para a vida das mulheres, mas demonstram total desprezo ao dizerem que o dano sofrido pela “criminosa” não justifica a descriminalização.

O discurso de defesa do uso do direito penal como meio de impedir a realização de abortos é endossado pelos *amici* contrários, independentemente das evidências apresentadas na petição inicial, e também em *amici* favoráveis à ação, quanto à existência de meios mais eficazes e menos danosos às mulheres para proteger a vida em potencial.

Verificou-se que os *amici* contrários fizeram um uso frequente de tratados e de jurisprudência, nacional e internacional, de forma descontextualizada. No que se refere ao Pacto de São José da Costa Rica, os *amici* omitiram a cláusula “em geral” do Artigo 4.1 da Convenção Americana de Direitos Humanos, que, segundo jurisprudência da Corte Interamericana, não é incompatível com a descriminalização do aborto, tendo a referida cláusula sido inserida justamente para acomodar legislações permissivas de aborto.

Os *amici* contrários fazem, ainda, duas confusões: uma em torno do conceito de laicidade; e outra em torno das premissas de políticas eugênicas. Afirma-se que o fato de a maioria da sociedade brasileira ser cristã e compartilhar do valor cristão da proteção absoluta da vida, justificaria a manutenção da criminalização como forma de respeito ao valor religioso. Entretanto, o conceito de laicidade impõe a neutralidade do Estado diante das religiões. Em relação à segunda confusão, os *amici* forçam uma analogia entre políticas eugênicas, como o nazismo, e a descriminalização do aborto, desconsiderando que a política eugênica não admite possibilidade de escolha, mas torna o aborto obrigatório em determinados casos. A ação pede não que mulheres sejam obrigadas a abortar, mas que tenham a possibilidade de escolher interromper a gestação, por motivações íntimas das mais diversas.

Há uma observação importante em relação aos *amici* favoráveis: as variações nos dados de morbimortalidade materna. É preciso lembrar, no entanto, que a criminalização do aborto torna difícil a obtenção de dados precisos sobre o procedimento, e isso é ressaltado, com evidências, pelos *amici curiae* favoráveis, muitos dos quais citam pesquisas científicas de qualidade reconhecida que estimam com maior precisão a magnitude do aborto.

Nesse contexto, as evidências foram mais frequentes e diversificadas em *amici* favoráveis do que em *amici* contrários. Evidências têm se revelado fundamentais para decisões judiciais sobre o aborto no Brasil e no mundo. No Brasil, podemos ver de maneira nítida seu uso em decisões proferidas nas ações de constitucionalidade mencionadas no início deste trabalho. Esse cenário revela a importância de uma argumentação bem embasada e confiável ao STF. Diante disso, a expectativa é que uma eventual decisão do Tribunal na ADPF 442 considere as evidências confiáveis apresentadas na ADPF 442 e, tal como fez em outras oportunidades, seja capaz de se pronunciar de maneira sólida e justa, comprometida com a democracia laica constitucional.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Eloísa Machado de. *Amicus curiae no Supremo Tribunal Federal*. 2016. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016
- ÁFRICA DO SUL. Choice on Termination of Pregnancy Act, 1996. Disponível em: <https://www.parliament.gov.za/storage/app/media/ProjectsAndEvents/womens_month_2015/docs/Act92of1996.pdf>. Acesso em 01 nov. 2019.
- AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. *Mental Health and Abortion*. Washington: American Psychological Association, 2008. Disponível em: <<https://www.apa.org/pi/women/programs/abortion/mental-health.pdf>>. Acesso em 29 nov. 2019.
- ANTUNES, Leda; FERNANDES, Marcella. Débora Diniz: “A criminalização do aborto matou Ingriane e deixou seus filhos órfãos”. *HuffPost*, 3 ago. 2018. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2018/08/03/debora-diniz-a-criminalizacao-do-aborto-matou-ingriane-e-deixou-seus-filhos-orfaos_a_23495678/> Acesso em 14 out. 2019.
- BARTLETT, Linda; BERG, Cynthia; SHULMAN, Holly; ZANE, Suzanne; GREEN, Clarice; WHITEHEAD, Sara; ATRASH, Hani. Risk factors for legal induced abortion-related mortality in the United States. *Obstetrics and Gynecology*, 2004, 103:729–737. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/15051566>>. Acesso em 09 dez. 2019.
- BARROSO, Luis Roberto. El aborto en el debate público brasileño. Estrategias jurídicas para el embarazo anencefálico. In: COOK, REBECCA; ERDMAN, JOANNA; DICKENS, BERNARD (Org.). *El aborto en el derecho transnacional - Casos y controversias*. México: [s.n.], 2016. p. 332–352.
- BOLTANSKI, Luc. As dimensões antropológicas do aborto. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 7, p. 205–245, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522012000100010>. Acesso em 25 ago. 2019.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em 25 ago. 2019.
- BRASIL. Lei nº 11.105 de 24 de março de 2005. Estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11105.htm>. Acesso em 25 ago. 2019.
- BRASIL. Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997. Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19434.htm>. Acesso em 25 ago. 2019.
- BRIOZZO, Leonel. From risk and harm reduction to decriminalizing abortion: The Uruguayan model for women’s rights. *International Journal of Gynecology and Obstetrics*, v. 134, S3–S6, 2016. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0020729216302442>>. Acesso em 09 dez. 2019.
- BRIOZZO, Leonel; LEÓN, Rodolfo; TOMASSO, Giselle; FAÚNDES, Anibal. Overall and abortion-related maternal mortality rates in Uruguay over the past 25 years and their association

with policies and actions aimed at protecting women's right. *International Journal of Gynecology and Obstetrics*, v. 134, S20–S23, 2016. Disponível em: <<https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S0020729216302454?token=06BDC7753197EE98BDCDD1DC06CA1DF02A51F2DD56B7771D519A25FA966D700405B4B1B7FCECFBE3BA999D42826ED5EB>>. Acesso em 09 dez. 2019.

CATÓLICAS PELO DIREITO DE DECIDIR; IBOPE INTELIGÊNCIA. Percepções sobre aborto e educação sexual. São Paulo: [s.n.], 2015. Disponível em: <http://catolicas.org.br/wp-content/uploads/2017/10/Pesquisa-de-Opinião-Pública-2017-CDD-e-IBOPE-Percepções-sobre-aborto-e-educação-sexual_3-MB.pdf>. Acesso em 01 nov. 2019.

COELHO, Rosana de Souza; JORGE, Marco Antônio Coutinho. O fundamentalismo religioso e suas vicissitudes éticas e políticas. *Trivium: Estudos Interdisciplinares*, v. 10, n. 1, p. 11–23, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912018000100003>. Acesso em 25 ago. 2019.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. Caso Artavia Murillo e outros (“Fecundação in vitro”). Julgado em: 28/11/2012. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_257_por.pdf>. Acesso em 25 ago. 2019.

CRESWELL, John. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: Escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Entre a morte e a prisão: Quem são as mulheres criminalizadas pela prática do aborto no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <[uploads/arquivos/c70b9c7926f145c1ab4cfa7807d4f52b.pdf](http://uploads.arquivos/c70b9c7926f145c1ab4cfa7807d4f52b.pdf)>. Acesso em 18 set. 2019.

DINIZ, Debora. A arquitetura de uma ação em três atos - anencefalia no STF. v. 1, p. 161–183, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/revistadedireitounb/article/view/24593>>. Acesso em 18 set. 2019.

DINIZ, Debora. Aborto e deficiência: questões éticas na América Latina. [S.d.].

DINIZ, Debora. Bioética e Aborto. In: COSTA, SERGIO IBIAPINA FERREIRA; OSELKA, GABRIEL; GARRAFA, VOLNEI (Org.). *Iniciação à Bioética*. Brasília: Conselho Federal de Medicina, 1998. p. 125–137. Disponível em: <http://www.portalmedico.org.br/biblioteca_virtual/bioetica/ParteIIIaborto.htm> Acesso em 18 set. 2019.

DINIZ, Debora. *Zika: do Sertão nordestino à ameaça global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa Nacional de Aborto 2016. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 2, p. 653–660, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232017000200653&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em 18 set. 2019.

DINIZ, Debora; RIBEIRO, Diaulas Costa. *Aborto por anomalia fetal*. Brasília: LetrasLivres, 2004.

FANTI, Fabiola. *Mobilização social e luta por direitos: um estudo sobre o movimento feminista*. 213 f. Universidade Estadual de Campinas, 2016. Disponível em:

<http://taurus.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/321650/1/Fanti_Fabiola_D.pdf>. Acesso em 01 nov. 2019.

GUIMARÃES, Paula. A morte evitável de Ingriane. Portal Catarinas, ago. 2018. Disponível em: <<https://catarinas.info/a-morte-evitavel-de-ingriane-e-lebrada-em-audiencia-publica-sobre-aborto/>>. Acesso em 01 nov. 2019.

HORGA, Mihai; GERDTS, Caitlin; POTTS, Malcolm. The remarkable story of Romanian women's struggle to manage their fertility. *Journal of Family Planning and Reproductive Health Care*, 2013. Disponível em: <<https://srh.bmj.com/content/familyplanning/39/1/2.full.pdf>>. Acesso em 01 nov. 2019.

INSTITUTO GUTTMACHER. An Overview of Abortion Laws. Dezembro, 2019. Disponível em: <<https://www.guttmacher.org/state-policy/explore/overview-abortion-laws>>. Acesso em 09 dez. 2019.

JEWKES, Rachel et al. The impact of age on the epidemiology of incomplete abortions in South Africa after legislative change. *BJOG: An International Journal of Obstetrics & Gynaecology*, 2005. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/15713153>>.

KALSING, Vera Simone Schaefer. O debate do aborto: a votação do aborto legal no Rio Grande do Sul. *Cadernos Pagu*, n. 19, p. 279–314, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n19/n19a11.pdf>>. Acesso em 01 nov. 2019.

LEAL, Mônia; MAAS, Rosana. Audiência pública realizada pelo Supremo Tribunal Federal sobre a lei de biossegurança como forma de ocorrência da figura do amicus curiae. *Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito*, v. 2, n. 1, p. 40–49, 2010. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/RECHTD/article/view/4774>>. Acesso em 01 nov. 2019.

LUNA, Naara. Fetus anencefálicos e embriões para pesquisa: sujeitos de direitos? *Estudos Feministas*, v. 17, n. 2, p. 307–333, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v17n2/02.pdf>>. Acesso em 01 nov. 2019.

LUNA, Naara. O direito à vida no contexto do aborto e da pesquisa com células-tronco embrionárias: disputas de agentes e valores religiosos em um estado laico. *Religião & Sociedade*, v. 33, n. 1, p. 71–97, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-85872013000100005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 01 nov. 2019.

MACHADO, Lia Zanotta. O aborto como direito e o aborto como crime: o retrocesso neoconservador. *Cadernos Pagu*, v. 2017, n. 50, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332017000200305&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 01 nov. 2019.

MACHADO, Marta; COOK, Rebecca. Constitutionalizing abortion in Brazil. *Revista de Investigações Constitucionais*, v. 5, n. 3, p. 185–231, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-56392018000300185>. Acesso em 01 nov. 2019.

MARIANO, Rayani. O debate parlamentar sobre aborto no Brasil: atores, posições e argumentos. 2015. Universidade de Brasília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/18171/1/2015_RayaniMarianoSantos.pdf>. Acesso em 01 nov. 2019.

MENEZES, Greice; AQUINO, Estela. Pesquisa sobre o aborto no Brasil: avanços e desafios para o campo da saúde coletiva. p. 193–204, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2009001400002>. Acesso em 01 nov. 2019.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia; MARIANO, Rayani. O direito ao aborto no debate legislativo brasileiro: a ofensiva conservadora na Câmara dos Deputados. *Opinião Pública*, v. 23, n. 1, p. 230–260, jan. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8650179>>. Acesso em 12 out. 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Interrupção voluntária de gestação e impacto na saúde da mulher. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2018

MONTERO, Paula. Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso. *Religião & Sociedade*, v. 32, n. 1, p. 167–183, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-85872012000100008&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 12 out. 2019.

MORGAN, Lynn. Embryo Tales. In: FRANKLIN, SARAH; LOCK, MARGARET (Org.). . *Remaking Life and Death: Toward an Anthropology of Biosciences*. Santa Fe: School of American Research Press, 2003. p. 261–291.

NÓBREGA, Antonio Claudio Lucas Da; LAZZOLI, José Kawazoe. Revisão pelos pares (peer-review): mais que controle de qualidade, estímulo ao aperfeiçoamento. *Revista Brasileira de Medicina do Esporte*, v. 5, n. 5, p. 05–07, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-86921999000500001>. Acesso em 01 nov. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher. Pequim: Organização das Nações Unidas, 1995. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf>. Acesso em 01 dez. 2019

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento - Plataforma de Cairo. Cairo: Organização das Nações Unidas, 1994. Disponível em: <<http://www.unfpa.org.br/Arquivos/relatorio-cairo.pdf>>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Abortamento seguro: Orientação técnica e de políticas para sistemas de saúde. Iniciacom. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2013.

PASSARINHO, Nathalia. Grávida que teve pedido para interromper gestação negado pelo Supremo faz aborto na Colômbia. *BBC Brasil*, 9 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42292032>>. Acesso em 01 dez. 2019.

ROCHA, Maria Isabel Baltar Da. Breve panorama sobre a questão do aborto no legislativo brasileiro. In: ROCHA, MARIA ISABEL BALTAR; BARBOSA, REGINA MARIA (Org.). . *Aborto no Brasil e países do Cone Sul: panorama da situação e dos estudos acadêmicos*. Campinas: Núcleo de Estudos de população – NEPO/UNICAMP, 2009. p. 167–174.

ROCHA, Zeferino. A perversão dos ideais no fundamentalismo religioso. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, v. 17, n. 3 suppl 1, p. 761–774, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142014000600761>. Acesso em 01 nov. 2019.

ROSADO-NUNES, Maria José. Aborto, maternidade e a dignidade da vida das mulheres. In: CAVALCANTE, ALCILENE; XAVIER, DULCE (Org.). Em defesa da vida: aborto e direitos humanos. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2006.

SUPREMA CORTE DO CANADÁ. Caso Morgentaler, Smoling and Scott vs. The Queen. Caso 19556. Julgado em: 01 jan. 1988. Disponível em: <<https://scc-csc.lexum.com/scc-csc/scc-csc/en/item/288/index.do>>. Acesso em 09 dez. 2019.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.510 - Distrito Federal. Relator: Ministro Ayres Britto. Julgada em: 29/05/2008. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=611723>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 442. Relatora: Ministra Rosa Weber. Disponível em: <<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5144865>>. Acesso em: 01 nov. 2019.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Boletim de Jurisprudência Internacional - Aborto. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2018.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Habeas Corpus nº 152.752. Relator: Min. Edson Fachin. Anotações para manifestação oral Ministro Luís Roberto Barroso. Brasília, DF, 5 de abril de 2018.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Habeas Corpus 124.306 Rio de Janeiro. Relator: Min. Marco Aurélio. Julgado em: 09/08/2016. Disponível em: <<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/HC124306LRB.pdf>>. Acesso em: 01 dez. 2019.

UNDURRAGA, Verónica. O princípio da proporcionalidade no controle de constitucionalidade das leis sobre aborto. Revista Publicum, v. 2, p. 15–44, 2016. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/publicum/article/view/25160>>. Acesso em 25 nov. 2019.

URUGUAI. Lei nº 18987, de 30 de outubro de 2012. Interrupção voluntária da gravidez. Disponível em: <www.impo.com.uy/bases/leyes/18987-2012>. Acesso em 09 dez. 2019.

VALENTE, Gabriela Abuhab. Laicidade, Ensino Religioso e religiosidade na escola pública brasileira: questionamentos e reflexões. Pro-Posições, v. 29, n. 1, p. 107–127, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73072018000100107&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 20 set. 2019.